

INTERNETLAB
pesquisa em direito e tecnologia

OUTRAS VOZES

**GÊNERO, RAÇA,
CLASSE E SEXUALIDADE
NAS ELEIÇÕES DE 2018.**

**Natália Neris (coord.)
Mariana Valente
Francisco Brito Cruz
Thiago Oliva**

2019

OUTRAS VOZES:

Gênero, raça, classe e sexualidade nas eleições de 2018.

ESTE RELATÓRIO ESTÁ LICENCIADO SOB UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS CC BY-SA 3.0 BR.

Essa licença permite que outros remi-
xem, adaptem e criem obras derivadas
sobre a obra original, inclusive para
fins comerciais, contanto que atribuam
crédito aos autores corretamente,
e que utilizem a mesma licença.

TEXTO DA LICENÇA

[https://creativecommons.org/licenses/
by/3.0/br/legalcode](https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/br/legalcode)

COMO CITAR ESSE RELATÓRIO

NERIS, Natália (coordenação);
VALENTE, Mariana; BRITO
CRUZ, Francisco; OLIVA, Thiago
(colaboração). Outras Vozes:
Gênero, Raça, Classe e Sexualidade
nas Eleições de 2018. InternetLab,
São Paulo, 2019.

EQUIPE INSTITUCIONAL

DIRETOR PRESIDENTE Dennys Antonialli

DIRETOR Francisco Brito Cruz

DIRETORA Mariana Giorgetti Valente

COLABORARAM COM ESSE RELATÓRIO

Mariana Giorgetti Valente, Francisco
Brito Cruz e Thiago Oliva

DIAGRAMAÇÃO Marina Zilbersztein

ÍNDICE



APRESENTAÇÃO

Esta publicação tem o objetivo de produzir um registro de acontecimentos na internet relacionados às questões de raça, gênero, sexualidades e classe nas eleições de 2018. Memória é aqui o nosso guia: É a segunda edição do relatório #OutrasVozes, que publicamos pela primeira vez em 2016, no contexto das eleições municipais, e lançado no ano seguinte.

A série de relatórios veio inspirada pela percepção de que a Internet vinha se tornando, ao menos desde 2010, um espaço privilegiado de veiculação de discursos e pluralização de vozes; no entanto, a arquitetura das plataformas de comunicação online mais usadas inviabiliza uma *memória* precisa dos acontecimentos. Isso pode ser um problema, considerando a importância do registro de debates de grande intensidade na esfera pública, como é o caso das campanhas eleitorais, para a autocompreensão de uma sociedade. O #OutrasVozes não tem a pretensão de fazer um registro exaustivo das questões que monitora, e tampouco de produzir números sobre elas. A partir de uma metodologia de monitoramento que explicitamos adiante, pinçamos acontecimentos importantes, informadas por nossas pesquisas e debates em que estamos inseridas, na pauta da intersecção entre marcadores sociais da diferença e uso da internet.

Nesta última década, questões relativas a gênero, raça, sexualidade, origem regional e classe social estiveram no centro das disputas discursivas na internet, seja por conta de casos de discriminação, seja em razão de discussões sobre a implementação de políticas direcionadas a mulheres, negros e pessoas LGBTQ+, ou ainda devido ao intenso ativismo de movimentos sociais com finalidade de inserir demandas relacionadas a identidades na agenda política.

No #OutrasVozes sobre as eleições de 2016, identificamos dois grandes grupos de fenômenos: (i) *casos de discriminação, preconceito, racismo contra candidatos/as e eleitores/as* e (ii) *uso de plataformas e aplicativos para a visibilização de candidaturas ou de pautas*.

No ano de 2018, pudemos observar que tais fenômenos se repetem, em maior intensidade, tanto por se tratar de um pleito nacional quanto pelas especificidades do atual contexto, como exploraremos adiante.

Breve nota sobre alteração do método

Em 2016, antes do início da campanha eleitoral, mapeamos perfis de militantes de Direitos Humanos em todo o país, e, no período estabelecido para propaganda eleitoral na rádio e na TV (26 de agosto a 30 de outubro, segundo turno), acompanhamos suas publicações no Facebook e/ou Twitter, identificando assim as questões que lhes chamavam atenção. Ao longo das semanas, selecionamos as pautas e escrevemos sobre elas, buscando, muitas vezes, seus protagonistas, para esclarecer pontos ou para que eles nos oferecessem suas posições. Em 2018, em vez de monitorar perfis específicos, mobilizamos redes próprias, ativamos o *Google Alerts* utilizando palavras-chave específicas,¹ casos relatados por terceiros em uma iniciativa com a qual colaboramos, o *TretAqui.org*, e pedidos de informação a órgãos públicos.

Saiba mais: TretAqui.org

O TretAqui.org foi um canal de recebimento de denúncias de discurso de ódio na internet dirigido a ou promovido por candidatos/as, de iniciativa das entidades [Coding Rights](#), [#MeRepresenta](#), [Rede Feministas de Juristas](#), [Cidadania Inteligente](#), [Gênero e Número](#), [Beta](#), [#VoteLGBT](#), [Rede Umunna](#) e [InternetLab](#). Embora a intenção inicial fosse encaminhar as denúncias a órgãos competentes pela investigação e encaminhamento, isso não ocorreu, devido a dificuldades institucionais. O banco de dados foi utilizado, entretanto, para encaminhamento de denúncia à Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos, e, neste relatório, como uma de nossas fontes sobre casos denunciados no período.

1 O uso do Google Alerts também foi utilizado no Informe "[Violencia Política a Través de las Tecnologías contra las Mujeres en México](#)", em pesquisa realizada pelas Luchadoras, iniciativa mexicana, que também descreve a intensidade da violência de gênero no último período eleitoral do país. As pesquisadoras utilizaram-se também de monitoramento de redes sociais por meio das ferramentas *TweetDeck*, *Twitter Archiver* e *NetVizz* e fizeram pedidos de informação para órgãos públicos. Identificaram 84 ataques contra 62 candidatas distintas em 24 estados do país. Para nossa pesquisa utilizamos os seguintes termos: "candidaturas negras", "candidaturas LGBTs", "candidaturas trans", "ataque internet", "racismo", "misoginia".

Este relatório está organizado em três partes. Na Parte 1, trataremos de como casos de racismo, sexismo, LGBTfobia e outras discriminações foram mobilizados durante as eleições na internet, e **os discursos em torno desses fenômenos ou como eles foram disputados na esfera pública**, apresentando as iniciativas que buscaram mapeá-los, buscas próprias e o banco de dados do TretAqui.org. O esforço desta seção consiste na categorização/classificação dos discursos tendo em vista seus alvos, **de forma descritiva**.² Na Parte 2, apresentamos as **principais iniciativas de visibilização de candidaturas com base em marcadores sociais** (gênero, sexualidade, raça/etnia) e temas relacionados aos direitos humanos. Na Parte 3, exploramos **o caso “Mulheres Unidas contra o Bolsonaro”**, grupo no Facebook que, além de ser um caso a ser analisado em si pelo engajamento que gerou em torno de pautas de mulheres e da hashtag #EleNão, nas redes e nas ruas, foi invadido, o que gerou desdobramentos na vida de suas organizadoras e importantes reflexões do ponto de vista jurídico. Vale apontar que as duas primeiras partes estavam presentes também no relatório de 2017, de forma que eles podem ser lidos de forma comparativa; a Parte 3 é uma novidade do #OutrasVozes 2.

2 Muitas das denúncias dizem respeito a conteúdos que se encontram, na nossa perspectiva de pesquisadoras, localizados em zona cinzenta entre o que poderia ser judicializado ou mesmo retirado de circulação.

#1

RACISMO, SEXISMO, LGBTFOBIA E OUTRAS DISCRIMINAÇÕES: preocupações em ascensão

Os dados da ONG Safernet dão conta da intensificação de denúncias de violência na rede entre os dias 7 e 28 de outubro de 2018, período entre o primeiro e segundo turno das eleições de 2018: durante os 21 dias que separaram as duas votações, as denúncias com teor de **xenofobia - principalmente na forma de ataque contra nordestinos** - cresceram 2.369,5%; de **apologia e incitação a crimes contra a vida**, 630,52%; de **neonazismo**, 548,4%; de **homofobia**, 350,2%; de **racismo**, 218,2%; e, de **intolerância religiosa**, 145,13%. A única categoria que foi menos reportada no período (com leve queda de 14%) foi a de **violência ou discriminação contra mulheres**. De todo modo, o **número total** de denúncias **mais que dobrou** em relação ao pleito de 2014: passou de 14.653 para 39.316, neste ano.

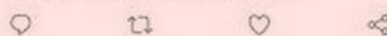
Ataque contra nordestinos

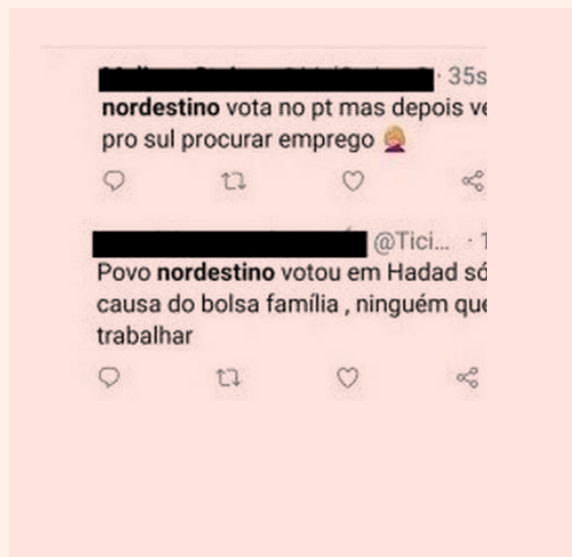
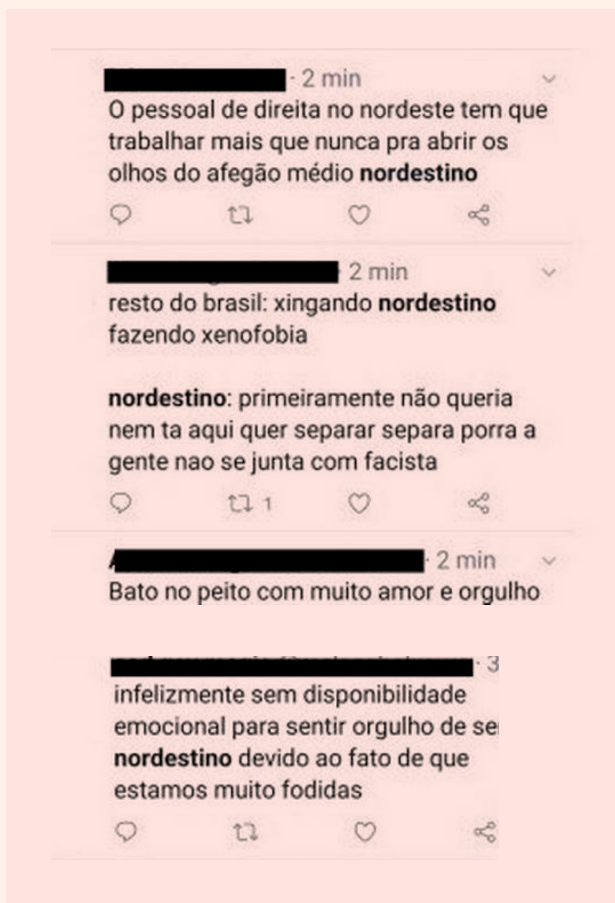
Após o resultado do primeiro turno e a constatação de que no Nordeste o candidato Fernando Haddad (PT) conseguiu melhores resultados, muitas manifestações de xingamentos a nordestinos ocorreram. Foi um fenômeno semelhante ao [observado em 2014](#):

... · 2 min ▾
Mês passado "Setembro amarelo" hoje
"nordestino rafa desgraçada tem que
morrer" hipocrisia a gente vê por aqui



... · 34s ▾
Se o nordestino tivesse a cabeça
redonda pensariam melhor





Fonte: Matéria do O Globo "Nordestinos são atacados nas redes sociais após resultado do primeiro turno" de 07 de outubro de 2018, identificada via Google Alerts.

A **compilação de dados sobre violência (online e offline)** no período eleitoral foi objeto de uma de série *iniciativas individuais e autônomas* durante as eleições de 2019. Identificamos um perfil no Twitter que listou casos por meio de [thread](#), o [Mapa da Violência Eleitoral](#),³ o [Mapa da Violência Política no Brasil](#) (realizado por [Opera Mundi](#)), o portal [#VitimasDaIntolerância](#), desenvolvido pela Agência Pública,⁴ e o próprio [TretAqui.org](#).

No sentido da **sensibilização sobre violência contra LGBT+**, foram produzidos também [materiais em vídeo](#) por mães de pessoas LGBT+, publicados pela Frente Autônoma LGBT, e uma [cartilha](#) sobre segurança elaborada pela mulher trans e 2ª sargenta da Marinha Brasileira Bruna Benevides da RENOSP (Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTI). Foi criado também o perfil no Instagram "[Ele não vai nos matar](#)", uma campanha cujo objetivo foi "*denunciar locais onde agressões a LGBTs motivadas pelo fascismo*

3 No momento de fechamento do relatório o portal já se encontrava fora do ar, não tornando possível a identificação de seu método e idealizadores.

4 O projeto agregou notícias de casos de agressões motivadas por intolerância política, e permitia também que pessoas enviassem casos por meio de um formulário (ver [Metodologia](#)). Identificamos que 10% dos casos reportados no projeto ocorreram na Internet.

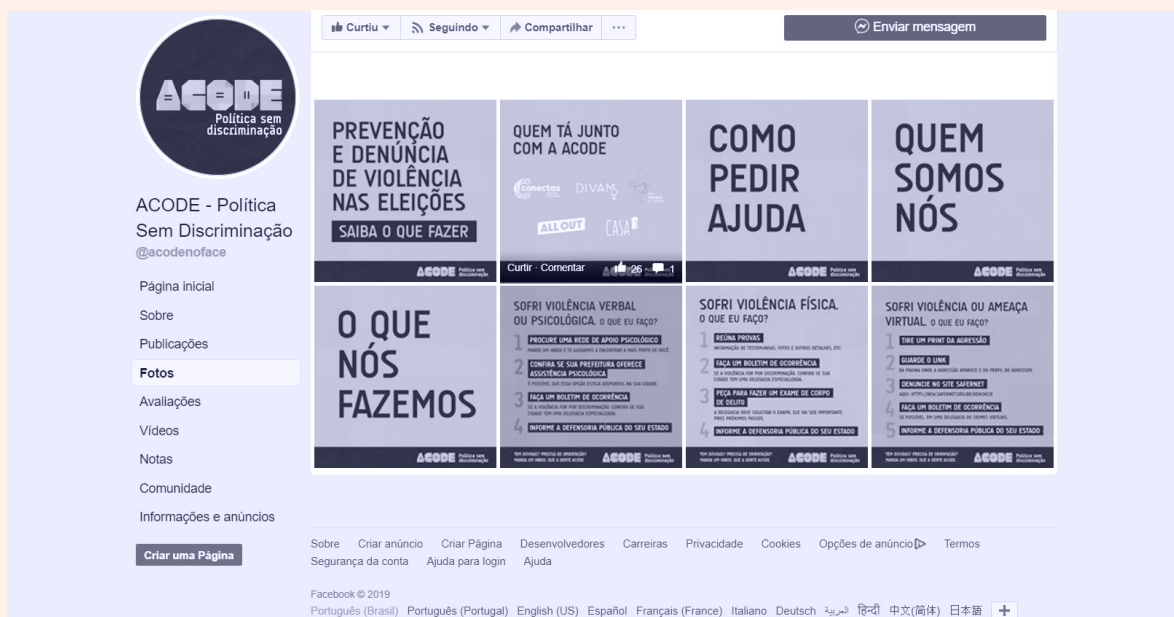
dessa eleição aconteceram” e, as páginas, no Facebook e no Instagram, da Acode - Política sem Discriminação. Idealizada pelas organizações Conectas Direitos Humanos, DIVAM - Debates Integrados pela Valorização de Atendimento das Mulheres, Rede Feminista de Juristas, All Out e Casa I, a Acode propôs-se a realizar encaminhamento jurídico e psicológico para mulheres, negros e LGBTs durante o período.

Cartilha RENOSP (reprodução)



Essas iniciativas e o temor pela integridade física, principalmente de LGBT+, estão diretamente relacionados aos diferentes casos de violência contra a comunidade divulgados pela mídia no período eleitoral. Entre eles, os ocorridos em 16 e 18 de outubro, quando Priscila e Laysa Fortuna, travesti e mulher transexual, respectivamente, foram assassinadas. Em ambos os casos, testemunhas afirmaram que a violência teve motivação política - os agressores das vítimas teriam dito frases como “*Bolsonaro Presidente*” e “*se ele for eleito, travestis vão morrer*”.

Página da ACODE no Facebook (reprodução)



Foram também desenvolvidas *iniciativas governamentais* com o objetivo de oferecer orientação jurídica, promover medidas extrajudiciais e judiciais, e encaminhar relatos para órgãos competentes na apuração criminal da violência. Foram os casos dos **Observatórios da Intolerância Política**⁵ criados nas Defensorias de São Paulo, Maranhão, Pará, Piauí, Bahia, Paraíba, Ceará e no Espírito Santo. Tais Defensorias dispunham de *links* que davam acesso a **formulários** para descrição dos casos:

| | |
|--|---------------------------------|
| Email | Telefones: |
| Nome: | Você é a vítima do fato? |
| Cidade/estado: | Tipo de ocorrência: |
| Idade: | |
| Agressão física / Ofensa verbal ou ameaça / Dano patrimonial / Ataque digital Notícia ofensiva em meio de comunicação local / Assassinato / Outros: | |
| Você consegue identificar o autor do fato (agressor/a)? Em caso positivo, descreva abaixo .* | |
| Relate o fato ocorrido Considere todas as informações como relevantes, principalmente detalhes do fato e suas consequências. | |
| Você possui imagens, vídeos, áudios ou outros materiais que comprovem o fato ? Podem ser anexadas fotos, vídeos, prints ou outros materiais que forem necessários. | |
| Há testemunhas ou câmeras de segurança públicas ou privadas no local do fato? Em caso positivo, indique abaixo. Se não houver, não tem problema. | |
| A mesma denúncia foi feita a algum órgão ? Em caso positivo, indique abaixo: | |

5 Como observaremos, as diferentes iniciativas mobilizam conceitos diversos para nomear o fenômeno da violência no período eleitoral. Sobre os diferentes conceitos utilizados para se referir a discursos ofensivos, de intolerância, etc, ver no box "Discurso de ódio: um termo em disputa" p. 13.

#1.1 Teor das denúncias de violência

Assim como denúncias feitas em delegacias não correspondem ao universo total dos casos de violência - por causa das inúmeras razões que fazem, nos diferentes tipos de crimes, as vítimas não denunciarem -, também os dados dos projetos que analisamos, bem como dos casos relatados pela mídia, não dão conta do universo da violência, e podem também ser enviesados por diversos motivos - por como são construídos (arquitetura), por quem, onde circulam, etc. Por essa razão, os dados dos bancos são retratos imperfeitos, mas ainda úteis, se interpretados dentro de seu contexto.

Casos encaminhados aos observatórios

Entramos em contato com as 9 Defensorias Públicas, a fim de obter informações sobre a quantidade de denúncias recebidas, os percentuais de encaminhamento e a forma de tratamento das informações. Obtivemos respostas dos órgãos no Pará, Rio de Janeiro e São Paulo, que receberam respectivamente 12, 05 e 12 denúncias.

Em São Paulo, 5 das 12 denúncias, de acordo com relatório elaborado pelo órgão, referiam-se a violência no ambiente virtual. O tipo de intolerância mais frequente foi a política (7), seguida da homofóbica (4) e de gênero (4).⁶ Apenas duas denúncias levaram a registro de Boletim de Ocorrência, mas o órgão em São Paulo respondeu a todas, inclusive disponibilizando agendamento de atendimento pessoal por Núcleos Especializados.⁷ Todos os órgãos afirmam ter encaminhado os casos para órgãos competentes e mantido os dados em sigilo.

A existência dessas diferentes iniciativas per se já aponta para a atipicidade deste período eleitoral.

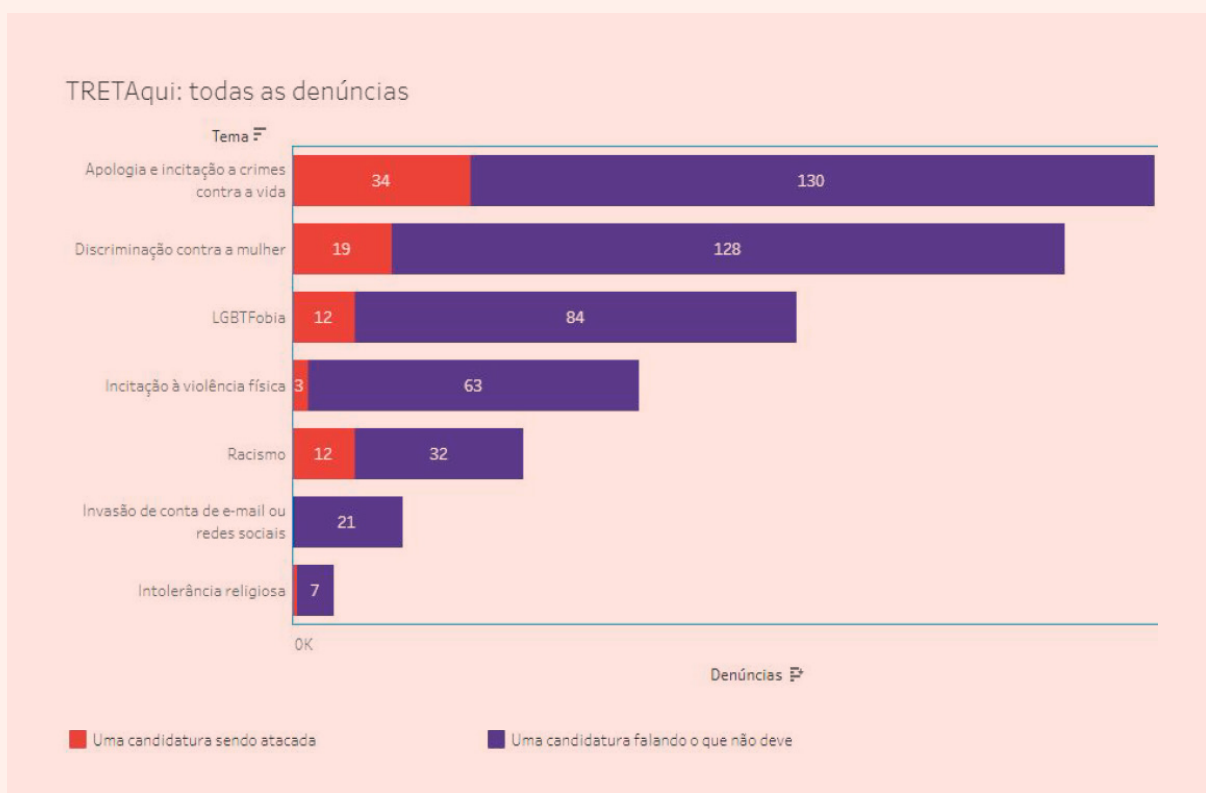
⁶ As demais são racial, xenofóbica e religiosa (contabilizando 1 cada). A soma dos tipos de violência reportadas não coincide com o total de denúncias recebidas, uma vez que algumas denúncias apontam para mais de um tipo de violência.

⁷ Núcleos de Cidadania e Direitos Humanos, de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres e de Diversidade e Igualdade Racial.

Em todos os bancos de dados analisados, nota-se maior quantidade de *casos de violência offline* que *online*, sendo uma das mais emblemáticas o assassinato de Romualdo Rosário da Costa, o Mestre Moô de Katende, que foi esfaqueado num bar após discussão política. A *violência na rede* foi, entretanto, também denunciada nesse período eleitoral, dirigida principalmente contra **LGBT+**, **mulheres** (como veremos adiante, por meio da descrição de casos de nossas diferentes fontes) e, assim como em 2014, **nordestinos** (como apontamos anteriormente).

As denúncias feitas ao projeto TretAqui.org apresentam semelhanças em relação às denúncias feitas à Safernet, no sentido de uma alta incidência de casos de apologia e incitação a crimes contra a vida.

(Fonte: Portal TretAqui.org - reprodução)



#1.2 Candidaturas mobilizando discursos discriminatórios⁸

O Projeto TretAqui.org permitia dois tipos de denúncias: um a respeito de candidaturas sendo atacadas, outro a respeito de discursos proferidos por candidatos e candidatas (na nomenclatura do projeto, “uma candidatura falando o que não deve”). O gráfico acima aponta que foram feitas muito mais denúncias de candidaturas mobilizando esses discursos que de candidaturas sendo atacadas diretamente.

Discurso de ódio: um termo em disputa

A plataforma TretAqui.org possui como slogan “Discurso de ódio nas eleições não dá”. Para construir a narrativa deste relatório não adotamos tal classificação, a priori, por entendermos que conceitualmente o termo “discurso de ódio” está em disputa, e merece ainda mais maiores reflexões teóricas e empíricas⁹ sobre definições, apropriações, contornos e consequências no que se refere à aplicação em diferentes casos. Como vimos até aqui, diferentes termos foram mobilizados para caracterizar falas e práticas no período e para além de “discurso de ódio”, “violência política”, intolerância política”.

Não nos comprometemos com esses termos que consideramos nativos, e por esse motivo tratamos as manifestações contra grupos, provisoriamente, como “discursos discriminatórios”, e que, para além da exposição dos casos/links denunciados, buscamos, na medida do possível, apresentar seus contextos.

O projeto, como outros, aponta para mais que dados sobre as efetivas ocorrências, e é um indicativo das preocupações que ocupavam as pessoas no período - ao menos aquelas entre quem o projeto circulou. Um exemplo evidencia essa espécie de apropriação da plataforma pelos usuários e usuárias: das 564 denúncias que foram feitas, pudemos observar que ao menos 30%¹⁰

8 Sobre uso dos termos/conceitos, ver box “Discurso de ódio: um termo em disputa”, p. 13.

9 Estamos realizando essa reflexão em projeto recém-iniciado em parceria com IT for Change, da Índia, e financiada pelo IDRC - International Development Research Center, do Canadá. Mais informações [aqui](#).

10 Consideramos para essa contabilização a exclusão de *links* repetidos ou quebrados.

se referiram a *vídeos* ou *notícias antigas* (variando de 1999 a setembro de 2018), com **entrevistas ou declarações de Jair Bolsonaro (PSL)**, que apresentava desempenho crescente nas pesquisas de intenção de voto, e terminou por ser eleito Presidente da República.¹¹ Por causa da frequência das denúncias feitas, da centralidade que essa pauta ganhou na disputa presidencial, e da percepção, a partir desse banco de dados, de que a mídia tradicional foi o *locus* da disseminação dos discursos que depois vieram a se tornar controversos na internet, reproduzimos algumas das declarações de Jair Bolsonaro denunciadas, adiante - indicando, quando é o caso, quando houve um desenrolar jurídico.

As declarações de Jair Bolsonaro que foram denunciadas à plataforma expressam majoritariamente LGBTfobia, misoginia, racismo e incitação à violência, e haviam sido proferidas em veículos de comunicação da **mídia tradicional** (em programas de televisão como CQC e SuperPop), em palestras (Clube Hebraica - Rio de Janeiro) e em entrevistas concedidas no Congresso Nacional. Alguns exemplos:

“Eu sou favorável a tortura, você sabe disso. E o povo também. (...) Você só vai mudar infelizmente quando nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro e fazendo um trabalho que o Regime Militar não fez: matando uns 30 mil começando com FHC, não deixar pra fora não, matando. Se morrer alguns inocentes, tudo bem.” (entrevista ao Programa Câmara Aberta em 1999)

(Contexto: Questionado pelo jornalista se, caso fosse presidente, fecharia o Congresso Nacional, Jair Bolsonaro respondeu que sem dúvidas, uma vez que o voto é uma medida ineficaz, sendo a solução para o Brasil uma guerra civil).

Maria do Rosário: *O senhor é quem promove essas violências.*

Jair Bolsonaro: *Eu sou estuprador agora?*

Jamais iria estuprar você porque você não merece.

M. R.: *Olha eu espero que não, se não eu te dou uma bofetada.*

11 Compreendemos que este dado não indica que Jair Bolsonaro teria sido o candidato que mais fez uso do discurso violento durante o pleito eleitoral, mas indica sim a expressiva denúncia de suas falas, inclusive proferidas em outros momentos e na mídia tradicional. Esse dado em si revela que há uma preocupação em torná-las visíveis, tendo em vista que muitas dessas falas foram proferidas “fora da Internet”, em contexto em que não havia competição eleitoral e, portanto, poderiam ser desconhecidas por muitos eleitores.

J. B.: *Dá que eu te dou outra, dá que eu te dou outra. Você me chamou de estuprador, você é uma imoral, tá, vagabunda?*

M. R.: *O que é isto aqui? Desequilibrado!*

J. B.: *Ainda bem que ela gravou tudo ali. Chora agora”*

(Contexto: Discussão entre Jair Bolsonaro e Maria do Rosário no Salão verde da Câmara em 2003 após sessão em que se discutiu projeto de redução da maioria penal. O material foi ao ar em matéria para a Rede TV)

As declarações de Jair Bolsonaro contra Maria do Rosário na Justiça

Em dezembro de 2014, Jair Bolsonaro repetiu a frase que disse à Maria do Rosário em 2003 - de que a mesma não merecia ser estuprada -, desta vez na Tribuna da Câmara. Naquele mesmo ano, Rosário apresentou queixa-crime contra o então parlamentar e a Procuradoria Geral da República (PGR) o denunciou por incitação ao estupro.

No ano de 2015, a 18ª vara cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal condenou Jair Bolsonaro (PP-RJ) a pagar indenização de R\$ 10 mil por danos morais à Maria do Rosário; em 2017, o Superior Tribunal de Justiça manteve a decisão por unanimidade, o que ocorreu também no ano de 2019 quando o caso foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal. [No voto](#), o Ministro Marco Aurélio afirmou que *“a fala do réu invadiu a esfera do direito à inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem da autora da ação. Por conseguinte, violou o núcleo essencial da garantia fundamental a que o texto constitucional deixou assegurado. Uma vez demonstrada a violação dos direitos de personalidade, a sentença deve ser mantida.”*

A essa decisão ainda cabe recurso.

“[Sou contra] porque todos são iguais perante a lei. Eu não andaria num avião pilotado por cotistas e nem aceitaria ser operado por médico cotista” // “Eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Os meus filhos foram bem educados e não viveram em ambientes como lamentavelmente é o seu” // “Isso nem passa pela minha cabeça [ter um filho gay], eles tiveram uma boa educação. Eu sou um pai presente, então não corro esse risco” // Eu não iria [a um desfile gay] porque eu não participo de promover os maus costumes, até porque eu acredito em Deus, tenho uma família, e a família tem que ser preservada a qualquer custo se não a nação certamente ruirá”. (entrevista no CQC em 2011)

(Contexto: Quando questionado por pessoa comum sobre políticas de cotas raciais // Quando questionado por Preta Gil sobre relacionamento dos filhos com mulheres negras// Quando questionado sobre o que faria se tivesse um filho gay// Quando questionado se participaria de um desfile gay)

As declarações ao Programa CQC na Justiça (Penal e Cível)

Em maio de 2015, o Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, [arquivou inquérito](#) aberto pelo Ministério Público Federal contra declarações que poderiam infringir artigo 20 da Lei 7716/1989 (Lei Antirracista). O Ministro considerou que só opiniões “desvinculadas da atividade parlamentar” de deputados estão sujeitas ao controle penal, o que não se observou no caso, já que Bolsonaro teria sido apresentado no programa como o “deputado mais polêmico do Brasil”. Além disso, o fato de a TV Bandeirantes não ter disponibilizado gravação sem edição do programa corroborou para o entendimento do Ministro (e também do procurador-geral da República, Rodrigo Janot) de que não era possível ter certeza se a resposta conferiria à pergunta formulada.

No mesmo ano, o então deputado foi [condenado](#) pela 6ª Vara Cível do Fórum de Madureira (RJ) a pagar indenização de R\$ 150 mil por declarações contra homossexuais feitas no mesmo programa. A juíza Luciana Santos Teixeira afirmou que o parlamentar não poderia deliberadamente “agredir e humilhar”, ignorando os princípios da igualdade e isonomia e considerou que Bolsonaro infringiu o Artigo 187 do Código Civil ao abusar de seu direito de liberdade de expressão para cometer um ilícito civil. Bolsonaro recorreu, no entanto em maio de 2019 a decisão foi [mantida](#) pela Desembargadora Inês da Trindade Chaves de Melo.

Não importa o que eu sou, o que você é, o que o garoto que está filmando é ou quem está assistindo maior de idade. Não podemos fazer é que livros de mulheres se beijando, de homens se beijando irem pro ensino fundamental para combater a homofobia. E eles levam pra um lado que estamos contra homossexuais. Eu tô me lixando pra eles. O que eles fazem com seu órgão excretor se pra entrar ou sair alguma coisa. O que eu não posso admitir é que um moleque de 6, 7, 8 anos de idade tenha contato com esse tipo de material estimulando o homossexualismo e escancarando portas para a pedofilia. (Entrevista para TWTV em 2015)

(Contexto: Quando questionado se se considerava homofóbico, Jair Bolsonaro respondeu que sim, para defender a família. E prossegue com a explicação da citação.)

Uma minoria nasce dessa maneira, ao meu entender. A grande maioria é comportamento, haja vista que no meu tempo (e estou com 58 anos de idade) não existia essa quantidade enorme de homossexuais como temos hoje em dia, e eles não querem igualdade, eles querem privilégios, eles querem nos prender porque olhamos torto para eles, nos prender porque nós levantamos de uma mesa para tirar nossos filhos menores de idade de ver dois homens, duas mulheres se beijando na nossa frente como se num restaurante fosse normal fazer isso. Eles querem é privilégio, eles querem se impor como uma classe à parte. Não vão encontrar sossego. Eu tenho imunidade para falar que sou homofóbico sim, com muito orgulho, se é pra defender as crianças na escola. (Entrevista para TWTV em 2015)

(Contexto: quando questionado se acreditava que um homossexual nasce com esse desejo ou é influenciado a sentir atração pelo mesmo sexo)

Eu prefiro ter um filho viciado do que um filho homossexual. Você acha que eu iria admitir um filho meu de seis anos de idade brincar na casa de um casal homossexual se tivesse um outro moleque adotado da mesma idade dele? Não! Sabe porque? Meu filho voltaria pra casa e me diria: Papai eu vi o careca arrumando a cozinha e o bigodudo mordendo o cangote dele por trás. Eu teria que falar o que pro meu filho? Que isso é normal? Ah vá às favas! Em geral os filhos seguem os pais. Esse moleque que vai ver o papai andar de calcinha em casa e a mamãe de cueca ele vai seguir a linha de quem? Mas com certeza vai ser homossexual também. E eles partem pra ideia que a pessoa já nasce daquela forma. Não é verdade. A grande maioria deles vêm através do comportamento. E eles que se recolham. As leis servem para proteger as maiorias e não para proteger minorias (...)

(Contexto: a jornalista questiona: “o senhor fala muito sobre preservação da família então no caso da adoção por casais gays, será que não seria melhor uma criança que está abandonada, viciada em drogas, jogada na rua”...(interrupção com resposta acima)

“Inclusive grupos querem utilizar esse caso de assassinato que por vezes pode até não ser por questão da opção sexual dele, mas se inclui na opção sexual, porque passa a ser uma bandeira para grupos homossexuais dizendo que matam e executam, mas eles não querem discutir. Então não tem essa causa toda para levantar esse clamor popular. Não existe homofobia no Brasil, a maioria, 90% eles morrem em locais com grande consumo de drogas, em local de prostituição ou executados pelos próprios parceiros (...) Gays e lésbicas querem que

heterossexuais continuem gerando crianças para que quando elas cresçam se transformem em gays e lésbicas para que possam satisfazê-los no futuro” (No documentário “Out There” de Stephen Fry de 2013)

(Contexto: O jornalista Stephen Fry questiona sobre a situação dos LGBTs no Brasil, tendo em vista assassinato de um jovem de 15 anos motivado por homofobia, ao que Jair Bolsonaro responde com a afirmação acima)

“Eu fui num quilombola (sic). O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles” (Palestra no Clube Hebraica em 2017)

(Contexto: Jair Bolsonaro apresenta um mapa com as reservas indígenas e afirma que elas estão localizadas em locais de muita riqueza natural, que é preciso mudar tal situação e que o governo não tem, todavia, autonomia para fazê-lo. Afirma ainda que o mapa só traz informações indígenas, mas a situação dos quilombolas “é outra brincadeira” e prossegue com a informação acima)

As declarações sobre quilombolas no Clube Hebraica na Justiça

Em maio de 2019, a ação a que Jair Bolsonaro respondia pelas declarações acerca dos quilombolas foi encerrada. Bolsonaro chegou a ser condenado pela 26ª Vara Federal do Rio a pagar uma multa de R\$ 50 mil reais, mas os desembargadores do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) reverteram a decisão em setembro de 2018. Após ter um primeiro recurso negado, o Ministério Público Federal desistiu de recorrer. O TRF-2 certificou o trânsito em julgado, o que torna o caso definitivamente encerrado.

Compreendeu-se nesse caso que a manifestação estaria protegida pela garantia de imunidade parlamentar, uma vez que a palestra, embora realizada em contexto de pré-campanha, revelava suas opiniões e ideias enquanto deputado federal: *“Não há, contudo, tentar substituir a (in)ação dos órgãos competentes para cercar condutas maculadas por possível falta de decoro parlamentar por uma atuação judicial repressora de suas opiniões, palavras ou votos, eis que a Constituição democrática de 1988 expressamente **garantiu aos parlamentares eleitos pelo voto popular o direito de se manifestarem livremente, no exercício de seus mandatos, mediante a certeza***

de sua inviolabilidade, o que exclui a possibilidade de responsabilização civil ou penal de tais indivíduos por possíveis palavras ofensivas dirigidas a pessoas ou grupos no bojo dos discursos por eles proferidos, no exercício de seus mandatos e na defesa de suas convicções políticas.”

“Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre, vamos colocar esses picaretas pra correr do Acre”
(Ato em Rio Branco no Acre em 2018)

(Contexto: Jair Bolsonaro simulou disparar tiros com uma arma com um tripé e proferiu a frase em comício)

“Sabe atirar? Dá tiro! Policial tem que saber atirar” (para criança em Ato em Araçatuba, São Paulo em 2018)

(Contexto: Jair Bolsonaro segurava no colo uma criança com uniforme de policial militar)

Essas e outras falas foram amplamente veiculadas nas redes sociais - muitas vezes em formato de compilação - e até mesmo campanhas foram elaboradas no intuito de **visibilizá-las**.

SAIBA MAIS

Crianças repetem falas de Jair Bolsonaro em vídeo

A Coligação Brasil Acima Tudo, Deus Acima de Todos (PSL/PRTB) e Jair Messias Bolsonaro apresentaram representação contra a Poder 360 Jornalismo e Comunicação SS Ltda EPP - e Google Brasil Internet Ltda, requerendo remoção de conteúdo com base em suposta propaganda irregular. Tratava-se de um vídeo em que crianças repetiam frases ditas por Jair Bolsonaro.

O Ministro do Tribunal Superior Eleitoral Sérgio Vieira Bandeira, determinou a remoção, afirmando que o vídeo afrontava a Constituição Federal, *que garante o direito da criança à dignidade, ao respeito, à liberdade e de estar a salvo de todo o tipo de violência, crueldade e opressão, inclusive de natureza psicológica*, bem como o Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária (CONAR), que contém princípios relativos à proteção de crianças e jovens. Foi aplicado também o Artigo 242

do Código Eleitoral,¹² uma vez que Banhos entendeu que o material ultrapassa a barreira do razoável “*ao tentar atingir o eleitor psicologicamente mediante a abordagem indevida da propaganda negativa veiculada, potencializando os estados mentais do espectador com a exploração inadequada e ofensiva da inocência infantil*”

A decisão proferida em 26 de outubro pode ser conferida [aqui](#).

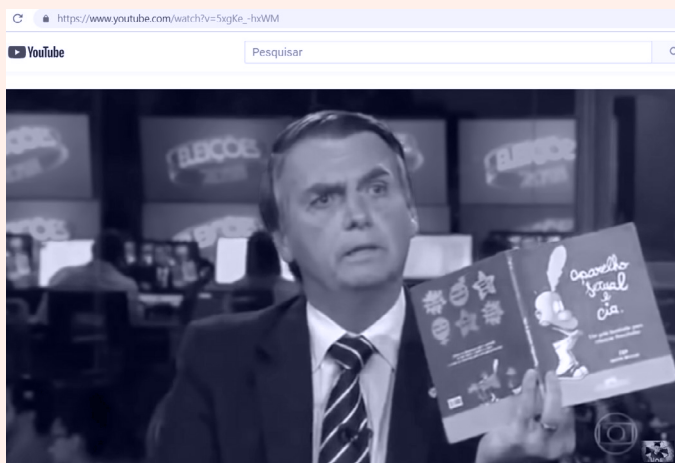
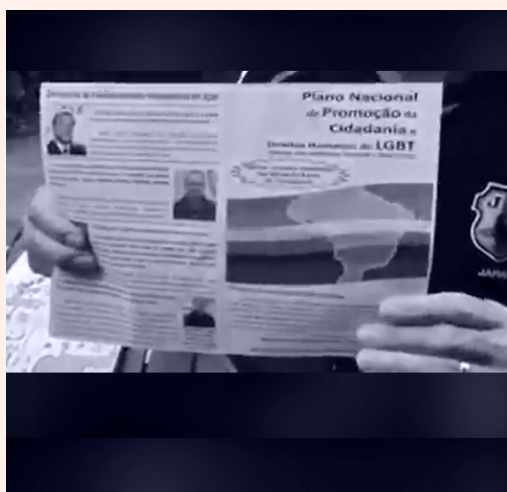


Uma outra utilização do projeto TretAqui.org foi a denúncia de conteúdos que diziam respeito a temas de gênero, sexualidade e orientação sexual, em torno de uma disputa que se tornou central em 2018: a da desinformação. Um caso foi central, e merece contextualização. Em vídeos antigos, mas também em entrevista cedida ao [Jornal Nacional durante campanha eleitoral, Jair Bolsonaro](#) tratou do que ficou conhecido como “**kit-gay**”. A informação de que o governo federal petista teria distribuído nas escolas públicas o livro “Aparelho sexual e Cia” foi amplamente divulgada no período, o que foi objeto de representação da “Coligação Povo Feliz” e de Fernando Haddad no Tribunal Superior Eleitoral. O Ministro relator do caso, Carlos Horbach, determinou que o material não havia sido distribuído, e que, de fato, o programa “Brasil sem

12 Para aprofundamento do debate sobre aplicação do Código Eleitoral às campanhas em tempos de intensificação do uso da internet, conferir a obra “Direito Eleitoral na era Digital”, organizada por pesquisadores do InternetLab e advogados eleitorais.

Homofobia” não havia sido sequer implementado. Acabou por classificar tais falas como “promoção de desinformação”, determinando a remoção de links sobre o tema.

Todavia, a disseminação de informações sobre o tema “kit-gay” foi levada a cabo por outros candidatos e candidaturas durante o período eleitoral. Registrou-se por exemplo, entre as denúncias recebidas pelo TretAqui.org,



Em vídeo postado em seu perfil no Facebook, Jair Bolsonaro se apresenta com sua filha de 5 anos e mostra material que teria sido distribuído por governo anterior. (Fonte: Banco de Dados TretAqui.org)

Jair Bolsonaro em entrevista ao Jornal Nacional em 28 de agosto de 2018 (Reprodução Youtube). (Fonte: Banco de Dados TretAqui.org)



a veiculação de materiais em que se afirmava que Fernando Haddad distribuiria nas escolas “Barbies travestis” e “Barbies viciadas em drogas” pela candidata a deputada federal Leonice Vieira (PROS-SP). Vieira compartilhou também material ofensivo à candidata a presidente Marina Silva (REDE): em meme, a candidata é comparada ao personagem “ET” que, por meio de montagem, é retratado na capa da revista Playboy.

Na plataforma TretAqui.org, denúncias contra **manifestações e discursos discriminatórios direcionados a mulheres** foram recorrentes.

Uma denúncia específica¹³ direcionada a Hamilton Mourão, então candidato a vice-presidente pelo PRTB, reportava como misoginia trecho de palestra em que fazia a seguinte afirmação:

“Família sempre foi o núcleo central. A partir do momento em que a família é dissociada, surgem os problemas sociais. Atacam eminentemente nas áreas carentes, onde não há pai e avô, mas, sim, mãe e avó, por isso é fábrica de elementos desajustados que tendem a ingressar nessas narco-quadrilhas”

(Contexto: Palestra na seção paulista do SECOVI - Sindicato da Habitação, quando afirmou que a sociedade como um todo vive uma crise de costumes, e com a frase tratou do caso brasileiro)

Mourão, por sua vez, negou em reportagem a crítica a mulheres, afirmando que sua fala partia de uma constatação e que teria dito a frase para agradar o público da palestra. O caso foi amplamente disputado nas redes sociais, e virou um objeto de denúncia, portanto, a partir de uma percepção de ser discriminatório; como o projeto não encaminhou os casos e não expressava que o fazia, é difícil saber se a posição era de que o caso merecia controle judicial, ou merecia mais discussão do ponto de vista político.

Foram feitas também denúncias de uma ofensa à então candidata a Deputada Federal, Sâmia Bonfim (PSOL-SP), e de transfobia contra Thammy Gretchen por parte de Alexandre Frota, então candidato a Deputado Federal pelo PSL-SP.



No post: *“Vejam só a Samia Bomfim o lixinho do PSOL, comandou ontem um fora Jair. passamos com nosso drone e tiramos fotos rsrs vejam tinham meia dúzia de suvacos peludos, virilhas não depiladas, dá próxima vez vou alugar uma fantasia de São Jorge e vou aparecer com um cavalo branco. Lá eu escolho o Dragão”* (Fonte: Banco de Dados TretAqui.org - reprodução)

13 O número de denúncias que reportaram esse caso era expressivo.



No post: "Bolsonaro fez a Thammy voltar a ser mulher. Parabéns Thammy achei que vc tinha mudado." (Fonte: Banco de Dados TretAqui.org - reprodução)

Joice Hasselmann, então candidata a Deputada Federal pelo PSL-SP, também teve material denunciado na plataforma TretAqui.org. Em [vídeo](#) postado em sua página, fez duras críticas ao **grupo "Mulheres Unidas Contra Bolsonaro" no Facebook** - sobre o qual trataremos adiante - inclusive afirmando que o grupo teria sido comprado. Ainda no vídeo, Hasselmann defende que o então candidato a presidente "*não seria machista, mas machão*" e que a deputada Maria do Rosário (PT-RS) teria merecido ouvir o que ouviu durante a discussão que teve com Jair Bolsonaro:

"Aquela jaguara da Maria do Rosário, não vale o que come. Por que que ela ouviu o que ouviu? (...) Bolsonaro foi ofendido por ela e ele errou por não ter processado imediatamente quando ela a chamou de estuproador. (...) Ele não foi à justiça, mas ela foi aquela jaguara, desgraçada, sem-vergonha. Eu posso falar, porque se Jair falar ele leva outro processo, mas eu como mulher forte que seria dele lá no congresso, aquela Maria do Rosário que me aguarde porque não vai sobrar pena dela pra contar história"

Os casos de **apologia e incitação a crimes contra a vida** denunciados na plataforma disseram respeito a três situações: (i) declarações de candidatos sobre temas relacionados à segurança pública, (ii) violação de placa com o nome de Marielle Franco, vereadora e defensora dos Direitos Humanos, assassinada em 14 de março de 2018, e (iii) compartilhamento de uma foto que simula tortura por asfixia por Carlos Bolsonaro, vereador no Rio de Janeiro.

Exemplos do primeiro grupo são os *posts* dos então candidatos a Deputado Federal e Estadual Delegado Rogério (PSL-MG) e Coronel Belelli (PR-PR), respectivamente, e de vídeo postado em página oficial de Eduardo Bolsonaro.

Delegado Rogério
30 de agosto

Lugar de bandido é na cadeia! Essas leis fracas, de um código penal que data de 1940 são feitas para proteger marginal. As penas são tão pequenas que bandido é punido com cesta básica, tendo cometido crimes absurdos. Isso tem que acabar e por isso conto com o seu voto. Vamos mudar as leis JÁ! #SegurançaTEMNOME #DelegadoRogério1738 #17TrêsOitãoNeles #BandidoÉNaHorizontal



1 comentário 35 compartilhamentos

No post: "Lugar de bandido é na cadeia. Essas leis fracas, de um código penal de 1940 são feitas para proteger marginal. As penas são tão pequenas que bandido é punido com cesta básica, tendo cometido crimes absurdos. Isso tem que acabar e por isso conto com o seu voto. Vamos mudar as leis JÁ!" (Fonte: Banco de Dados TretAqui.org - reprodução)

Coronel Belelli
27 de ago às 10:01

Só não cometer crime que você não vai pro cemitério seu vagabundo.

- Coronel Belelli, Candidato a Deputado estadual por Goiás (22190)
PROPAGANDA ELEITORAL - CNPJ
31.235.442/0001-40 ELEIÇÃO 2018



apoia.se/facanascavali

No post: "Lugar de bandido é na cadeia. Essas leis fracas, de um código penal de 1940 são feitas para proteger marginal. As penas são tão pequenas que bandido é punido com cesta básica, tendo cometido crimes absurdos. Isso tem que acabar e por isso conto com o seu voto. Vamos mudar as leis JÁ!" (Fonte: Banco de Dados TretAqui.org - reprodução)

O vídeo consiste em um policial sendo vítima de um disparo, ao então candidato a Deputado Federal pelo PSL-SP afirma, em legenda:

Criminoso rouba a arma do policial e lhe dá um tiro no rosto. Policial sobreviveu e bandido foi solto em menos de 24h por juiz na AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. Para quem trabalha esse juiz? A quem serve essa inovação trazida pela ONU e CNJ chamada audiência de custódia?!?! Eu tenho projeto para acabar com essas audiências (PDC 317/2016), lugar de bandido é na cadeia ou morto, o que seria o ideal nesse tipo de caso. Se esse criminoso me roubar amanhã e me identificar como policial ele me matará. Depois falam que no Brasil não tem pena de morte. (Fonte: Banco de Dados TretAqui.org)

Em 18.12.18 Coronel Belelli foi preso na Operação Circo da Morte da Polícia Federal. Ele e outros quatro militares são suspeitos de integrar um grupo de extermínio em Goiás. Em matéria publicada no [Jornal Opção](#) afirma-se “Em suas páginas, oficiais e não oficiais, nas redes sociais, Belelli, que também foi candidato a deputado estadual neste ano pelo PR, Partido da República, e recebeu mais de 13 mil votos, compartilhava memes e frases onde defendia a pena de morte e o uso de violência contra ladrões.”

Como afirmado, também em “**apologia e incitação a crimes contra a vida**” foram feitas muitas denúncias da imagem de Rodrigo Amorim, então candidato a Deputado Estadual pelo PSL-RJ, rasgando a placa de indicação de rua com o nome de Marielle Franco. Na foto, que teria sido publicada em seu perfil em redes sociais,¹⁴ ele está acompanhado de Daniel Silveira, então candidato a Deputado Federal pelo PSL, e a legenda era:

Em depredação do patrimônio público, (aliados de Marielle) removeram ilegalmente a placa com o nome original, colando uma placa fake (falsa) com os dizeres ‘Rua Marielle Franco’ em cima da placa original. Cumprindo nosso dever cívico, removemos a depredação e restauramos a placa em homenagem ao grande marechal. Preparem-se, esquerdopatas: no que depender de nós, seus dias estão contados”. (Fonte: Banco de Dados TretAqui.org)

14 Em nossa consulta ao perfil do candidato no Facebook e no Instagram (17 de dezembro de 2018), verificamos que a foto parece ter sido removida.

Por fim, na mesma categoria, estava a denúncia mais reportada no período: o compartilhamento de foto que simula tortura por asfixia por Carlos Bolsonaro, vereador no Rio de Janeiro nos stories (publicação que fica apenas 24h no ar) em seu perfil no Instagram. Na legenda, o político marcou o perfil da página Direita Porto Velho (@direitapv) e usou a *hashtag* #EleNão, acompanhada da frase “*sobre pais que choram no chuveiro*”, que alude à suposta vergonha de pais por terem filhos LGBTs.

Diante da repercussão negativa, Carlos Bolsonaro replicou o perfil do autor da imagem, justificando que tão-somente a compartilhou. Parlamentares da oposição apresentaram denúncia na Comissão de Ética da Câmara do Rio de Janeiro.¹⁵

“Novamente inventam como se eu tivesse divulgado uma foto dizendo que quem escreve a hashtag #EleNão mereceria alguma maldade. Não, canalhas! Foi apenas a replicação da foto de alguém que considera isso uma arte. Me agradeçam por divulgar e não mintam como sempre!” (Fonte: Banco de Dados TretAqui.org)

O período eleitoral de 2018 foi claramente marcado por episódios de violência online e offline, mas também sobre disputas acerca do significado dessas violências, de discursos, e de que tipos de consequências, jurídicas ou não, determinados comportamentos deveriam ter. Em um segundo turno polarizado entre Fernando Haddad, do PT, e Jair Bolsonaro, do PSL, para a presidência (além dos demais cargos que também teriam disputa de segundo turno), disputou-se também a narrativa acerca de que lado cometia crimes, o que foi acirrado pelo ataque a faca sofrido pelo candidato Jair Bolsonaro em um evento de campanha. Os episódios envolvendo violência online em função de marcadores como gênero, raça, classe e sexualidade tornaram-se parte dessa disputa, e a denúncia deles também - como vimos, no projeto TretAqui.org foram denunciados links sobre ocorrências antigas, na mídia tradicional. A avaliação do papel dessa violência online nas eleições tornou-se muito mais complexa em um processo eleitoral em que as questões chamadas “identitárias” estiveram no centro das disputas políticas.

15 As últimas notícias sobre tal notificação datam de setembro de 2018.

#1.3 Candidaturas sendo atacadas

O ataque a candidaturas de mulheres (cis e transgênero) de diferentes orientações sexuais também marcou o período.

Em levantamento próprio (por meio do *Google Alerts*), identificamos ataques LGBTfóbicos em *post* de uma candidata transexual, Hailey Kass (PSOL-SP), e da candidata cis Madona Arruda (PPS-MT), que é lésbica.



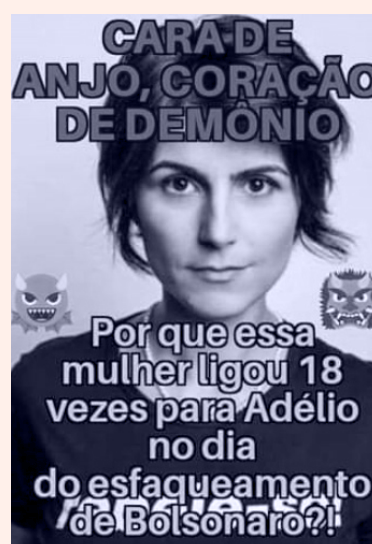
(Foto: reprodução)



"Eu apaguei umas 50 mensagens e as pessoas falando Bolsonaro está vindo ai, sua filha da puta, sua vagabunda, sua sapatão" (Madona Arruda em matéria para a Gazeta Digital de Cuiabá) - Foto (reprodução da matéria)

Contra mulheres, identificamos também via *Google Alerts* um caso de disseminação não consentida de imagens íntimas: Mayra Pinheiro, então candidata a Senadora (PSDB-CE), teve fotos íntimas divulgadas durante a campanha eleitoral e acionou a Polícia Federal com base na Lei Federal nº 12.737/2014 (a lei “Carolina Dieckmann”).

Na plataforma *TretaAqui.org*, foram feitas outras denúncias em relação a discursos contra candidatas mulheres - particularmente, Manuela D’Ávila, vice-candidata a Presidente da República de Fernando Haddad (PT), e Dilma Rousseff, candidata a senadora (PT/MG), envolvendo sua aparência, voz e comportamento, o que indica uma identificação, por parte das pessoas que denunciaram, de que se tratava de uma ofensa em razão de gênero¹⁶.



(Fonte: Banco de Dados TretaAqui.org)

16 Comprendemos que a identificação de uma intenção misógina seja bastante complexa, mas é interessante registrar que a desqualificação estética ou mesmo descumprimento de expectativas de gênero seja interpretada pelos denunciantes como violência com base em gênero.

A única denúncia relativa a ataques contra homens no banco de dados do TretAqui.org disse respeito Jean Wyllys, vítima de mensagem LGBTfóbica. Na imagem, também publicada pela página “Minas pelo Brasil”, figura apenas uma frase: “*Esse papo de Bolsonaro não gostar de mulher já deu no saco. Quem não gosta de mulher é Jean Wyllys.*”

#1.4 Violência entre eleitores/as

Denúncias de casos de *violência online* entre eleitores também foram apresentadas no TretAqui.org, embora em número menor. Elas trataram, **principalmente**, (i) de discursos em torno do “kit-gay”, e (ii) tiveram relação direta com a criação do grupo “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” no Facebook - uma resposta, portanto, a ataques contra mulheres.

O primeiro caso parece ser uma evidência da capilaridade do alcance dos discursos formulados mesmo antes do início do período eleitoral, de fato desde 2011, quando o projeto “Escola sem Homofobia” [foi alvo de críticas de Jair Bolsonaro, Deputado Federal](#) na época.

Na plataforma TretAqui.org foram reportadas postagens na internet com frases como *Prefiro meu filho se defendendo do que dando o anel.// Aii o Bolsonaro vai ensinar meu filho a dar tiros!! Ai é mesmo? E a esquerda vai ensinar o seu a dar o c**, bem como imagens de livros com ilustrações de atos sexuais que continham logos do Governo Federal.

Mais sobre o “kit-gay”: o vídeo sobre a distribuição de mamadeiras eróticas

Na semana anterior ao primeiro turno, teve grande repercussão midiática um vídeo de menos de um minuto publicado no Facebook por um usuário. Ele afirmava que Fernando Haddad (PT) distribuiria, em creches e escolas, mamadeiras cujo bico teria o formato de um pênis. Em apenas uma publicação do dia 25 de setembro, o vídeo foi visto quase [3 milhões de vezes em menos de 48 horas](#), o que dá a dimensão do alcance de tal discurso.

Entre os eleitores, a violência dirigida a mulheres parece ter ganhado intensidade após a criação do grupo “Mulheres Unidas contra Bolsonaro” no Facebook.

Muitos usuários na plataforma compartilharam um trecho do vídeo de um protesto ocorrido em 2016, em razão de um estupro de uma adolescente no Rio de Janeiro por 33 homens, com a legenda “Ache a #EleNão” - ou seja, referindo-se à campanha iniciada no grupo “Mulheres Unidas Contra o Bolsonaro”, embora o protesto fosse de anos antes. No vídeo, as mulheres contam juntas até 33 e repetem a fala da vítima “Quando eu acordei, tinha 33 caras em cima de mim”.

Usuários utilizaram postagens como essa para fazer inúmeros comentários detrimenais a mulheres, como: “Eu vejo esse traste e penso: higiene íntima passa longe !!! Depilação só com cortador de grama” / “Nojo devem cheirar muito mal...devem sonhar em ter 1 em cima delas...kkkkk” / “Que genitalha vagabunda, é de dar nojo em urubu, dá ânsia de vômito”

“Abriram a Jaula”

O mesmo vídeo do protesto em 2016 foi compartilhado também na página do PSL Rio de Janeiro no Facebook. Com a legenda “Abriram a jaula! Conseguimos imagens exclusivas da reunião de “mulheres” que criaram o grupo contra o Bolsonaro. Se tiver criança perto, por favor retire. Feminismo é doença! Compartilha para todo mundo saber quem são as “mulheres” contra o Bolsonaro”, o vídeo teve cerca de 985 mil visualizações e 12 mil comentários.

De fato, as ofensas dirigidas a mulheres passaram majoritariamente pela estética / aparência das vítimas, como podemos observar nos *posts*/memes denunciados na plataforma, abaixo:



No post: “Quando vejo a qualidade das pessoas que repudiam Jair Messias Bolsonaro, mas me convengo que ele é a opção certa.”



No post: "Se você é mulher e faz parte desse grupo, encaixe sua foto junto com essas 'coisas'" (Fonte: Banco de Dados TretAqui.org - reprodução)

A narrativa em torno da estética/aparência das eleitoras

Em **abril de 2018**, Tales Volpi, o MC Reaça, publicou vídeo em seu canal o "Funk do Bolsonaro". O vídeo foi também denunciado na plataforma TretAqui.org durante a campanha. Ele traz a seguinte letra:

*"Ele veio quente e hoje tá fervendo / Ele veio quente e hoje tá fervendo / Quer desafiar? Não tô entendendo / Pra votar Bolsonaro minha mão já tá tremendo / Dou pra CUT pão com mortadela / **E pras feministas, ração na tigela / As mina de direita, são as top mais bela / Enquanto as de esquerda tem mais pelo que cadela / Bolsonaro salta de paraquedas / Bolsonaro capitão da reserva / E o Bolsonaro casou com a Cinderela / Enquanto o Jean Wyllys só tava vendo novela / Maria do Rosário não sabe lavar panela / Jandira Feghali nunca morou na favela / Luciana Genro apoia os sem terra / Mas não dá o endereço pra invadirem a casa dela / Essa juventude só se degenera / Pega o Paulo Freire e manda pra estratosfera / Um Brasil pra frente é o que o povo espera / Vamo distribuir livro do Olavo pra galera / Ciro Gomes baita Zé ruela / Lula preso dentro de uma cela / Paga de comuna e mente a vera / Mas vai pra Nova York quando pode a Manuela / Bolsonaro salta de paraquedas / Bolsonaro capitão da reserva / E o Bolsonaro casou com a Cinderela / Enquanto o Jean Wyllys só tava vendo novela"***

Com um pouco mais de 225 mil visualizações, o alcance e teor parecem indicar que a violência com base na desqualificação e desumanização em conexão com política e com as eleições era corrente entre alguns eleitores já no contexto pré-eleitoral.

Para além desse tipo de ofensa, pessoas enviaram ao TretAqui.org situações como a comemoração da queda do perfil de uma usuária que se manifestava contrariamente a Bolsonaro, com a utilização de palavras como “feminazi” e “o mundo ficou mais limpo” - o que também aponta para a operacionalização das questões de gênero e de ativismo de gênero nos discursos eleitorais.



Quedas e denúncias de perfis coordenadas

No relatório “Violências de Gênero na Internet: diagnósticos, soluções e desafios”, elaborado pelo InternetLab e Coding Rights e colaboração de diversas ativistas brasileiras, identificamos que a prática de denúncias de perfis e consequente queda era um recurso bastante mobilizado contra mulheres, principalmente militantes. A prática pode ser portanto considerada como censura ou silenciamento, principalmente de mulheres vocais no contexto brasileiro.

Em outro caso denunciado, identificou-se um episódio de incitação à violência:¹⁷

¹⁷ Registra-se também um caso de incitação à violência de cunho não misógino, mas classista no banco do TretAqui.org. Em post no Facebook, uma usuária afirma: “A você que é pobre e favelado, e ainda sim votou nesse coisa, eu espero que no primeiro dia de mandato já leve uns tapas na cara e uns tiros na testa!”

em meme cuja legenda era “*Como resolver um impasse*” foram apresentadas três imagens de grave violência (estupro). Na primeira imagem, a legenda #EleNão; na última, após ato sexual, a #EleSim.

Por fim, foram observadas disputas em torno da mobilização #EleNão. Há na plataforma TretAqui.org o registro de ao menos 6 vídeos contrários ao grupo “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”, ora desqualificando artistas envolvidos, ora desqualificando mulheres participantes (“*isso é falta do que fazer*”), ora espalhando notícias falsas (como a de que o grupo teria sido comprado já com seguidores). Alguns desses vídeos afirmam, inclusive, que grupos de esquerda teriam contratado *black blocs* para agredir mulheres e responsabilizar o PSL. Esse último tipo de informação circulou também no WhatsApp, segundo matéria de [portal](#)¹⁸ especializado em compilação de boatos na internet.

Caso de racismo entre eleitores/as

Nesse período ocorreu também um caso de racismo que ganhou visibilidade nas redes sociais - e que identificamos via *Google Alerts*. Em outubro de 2018, em um vídeo, estudante de direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Pedro Baleotti, de 25 anos, aparece com uma camiseta de Jair Bolsonaro (PSL) dizendo: “*indo votar ao som de Zezé, armado com faca, pistola, o diabo, louco para ver um vadio vagabundo com camiseta vermelha e já matar logo*”. / “**Tá vendo essa negriada** [apontando a câmera para uma moto ocupada por duas pessoas]? *Vai morrer, vai morrer, é capitão caralho!*”. Em um segundo vídeo, manuseia uma arma de fogo afirmando: “*Capitão, levanta-te, hoje o povo brasileiro precisa de você*”.

Com a repercussão do caso, ainda em 2018 Baleotti foi demitido do escritório de advocacia em que trabalhava, suspenso, e posteriormente desligado, da Universidade. Foi também indiciado pela Delegacia de Crimes Raciais por crime previsto no Artigo 20 da Legislação antirracista (Lei Federal Nº 7.716/1989).

O acusado impetrou Mandado de Segurança contra o Diretor da Universidade, reivindicando a suspensão dos efeitos da decisão de seu desligamento. Em

18 “Esquerda vai colocar black blocks com camisetas do Bolsonaro para agredir mulheres” #boato no portal boatos.org.

dezembro, uma decisão liminar manteve a suspensão preventiva, mas afastou os efeitos do desligamento até o julgamento de mérito¹⁹. Todavia, em 12 de abril de 2019 a Reitoria da Universidade divulgou nova portaria (18/2019), em que definitivamente decidiu pelo desligamento do estudante com base na violação do Código de Decoro Acadêmico da instituição. A decisão foi comemorada pelo Coletivo Negro AfroMack, que atuou de forma intensa no caso.

OUTROS TIPOS DE VIOLÊNCIA ONLINE: O JOGO BOLSOMITO 2K18

Um jogo pago chamado Bolsomito “2k18”, da empresa BS Studio, em que o usuário simula ser Jair Bolsonaro e em que o objetivo para se atingir pontuação é a agressão e morte de mulheres, LGBTQ+, negros, integrantes do MST e petistas, representados por burros, também foi denunciado na plataforma TretAqui.org, nesse período eleitoral.

Lançado no dia 5 de outubro e comercializado (Steam) pelo valor de R\$ 9,90, o jogo sofreu críticas nas redes sociais.

No dia 10 do mesmo mês, foi aberto inquérito pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e pelo Núcleo de Enfrentamento à Discriminação contra a BS Studios, os responsáveis pelo jogo, a Steam, plataforma digital de distribuição de videogames, e a Valve Corporation – Valve L.L.C.

Os órgãos pontuaram que o jogo “*causava danos morais coletivos aos movimentos sociais, gays e feministas*”, e teria como objetivo “*prejudicar o candidato à Presidência da República e embaraçar as eleições 2018*”. Solicitava-se então sua não comercialização e o fornecimento dos dados cadastrais e financeiros de seus desenvolvedores.

Em 6 de dezembro, em decisão interlocutória, o juiz de primeira instância que analisou o caso **não acolheu** o pedido, apoiando-se, principalmente na premissa da garantia da liberdade de expressão:

¹⁹ No mês de janeiro de 2019 a Universidade pediu reconsideração da decisão. Todavia, a juíza manteve a liminar.



(...) extraio que não há elementos de prova suficientes para acolher o pedido ministerial. Há nos autos uma perícia havida na investigação preliminar, que pouco ou quase nada ajuda a compreender o que se passa no aplicativo. Ao lado, há também um único vídeo do que seria o jogo, um vídeo produzido

e publicado por terceiro estranho ao processo, e do pouco que se observa da estética, mecânica, enredo e diálogos do jogo registrados no referido vídeo, cuida-se aparentemente de uma espécie de sátira.

Dos rarefeitos elementos de prova colacionados pelo Ministério Público observa-se que a baixa qualidade gráfica, a superficialidade dos diálogos e a mecânica extremamente limitada do jogo permitem inferir com segurança que **não se trata de uma narrativa séria, pelo contrário, o escopo da publicação parece ser fazer troça com a política local.**

Ademais, ingênuo crer que a exposição à obra, por si só, incita o ódio, o crime ou envergonha o Brasil, o Presidente Eleito ou qualquer dos cidadãos nominados na exordial, a saber, mulheres, LGBTs, negros, integrantes de movimentos sociais, parlamentares federais e estaduais. No próprio vídeo apresentado pelo Ministério Público o jogador abandona o jogo com poucos minutos de interação e diz: “Que coisa mais errada”, “Esse jogo não vale a pena”, “Esse jogo é muito ruim”, e conclui sua revisão crítica: “Esse jogo é horrível (...) é mal feito e é um pouco politicamente incorreto demais para o meu gosto, eu não curto muito”.

Finalmente, o MPDFT argumenta que o jogo em questão malfero o pluralismo e a diversidade. De fato, vivemos tempos de intolerância. Estimo, contudo, **que calar as vozes que discordamos não seja o meio adequado para atenuar as circunstâncias. É preciso concordar em discordar.**

Diante da decisão, o MPDFT interpôs agravo de instrumento. O desembargador identificou tensão entre princípios constitucionais, acolhendo o pedido em 19 de dezembro: o direito fundamental à livre expressão dos criadores (art. 5º, inc. IV, da Constituição Federal) não pode ser assegurado, à vista do

anonimato de quem efetivamente desenvolveu o aplicativo, o que seria vedado pelo Texto Constitucional. Além disso, ressalta que a liberdade de expressão e manifestação e de pensamento não é absoluta.

Atualmente, o jogo não está disponível para *download* no Steam. Carta rogatória foi encaminhada à empresa responsável - que possui sede nos Estados Unidos:

(...) defiro antecipação da tutela recursal pleiteada para (...) conceder a liminar requerida na Ação Civil Pública para determinar à ré que suspenda imediatamente a disponibilização e a venda do jogo Bolsomito 2k18, a internautas sediados no Brasil, no prazo de cinco dias úteis a partir da intimação para tanto. Com a finalidade de assegurar o devido cumprimento da medida agora deferida, fixo desde já multa no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por dia de atraso no cumprimento da presente ordem, fixando como teto do montantes da sanção pecuniária imposta o valor de R\$ 10.000.000,00.

#1.5 Para além das ofensas contra/de eleitores/as e candidatos/as: a violência contra comunicadores/as

Antes mesmo do início da campanha eleitoral no mês de outubro, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) já vinha mapeando casos de violência contra comunicadores responsáveis por cobertura eleitoral.

Coletados e registrados em [tabela](#) desde janeiro de 2018, o levantamento apontou ao menos 137 casos, sendo 91% casos digitais (a organização trabalhou com as categorias “casos presenciais”²⁰ e “casos digitais”).

Os casos digitais **referem-se principalmente à exposição indevida de comunicadores**, quando os agressores compartilham fotos e/ou perfis apontando que o(a) profissional seguiria uma determinada corrente política e, assim, incentivando ofensas em massa. As agressões ocorreram em especial no Facebook e no Twitter.

20 Um caso presencial emblemático foi a violência cometida pelo então candidato à presidência, Ciro Gomes (PDT), contra jornalista em Roraima. O [caso](#) foi reportado também no [TretAqui.org](#).

Caso de racismo contra comunicadora

As ofensas contra a jornalista Rita Batista, apresentadora do Programa de TV de Fernando Haddad (PT) revela que, no período, a violência contra comunicadores também passou pela misoginia e racismo.

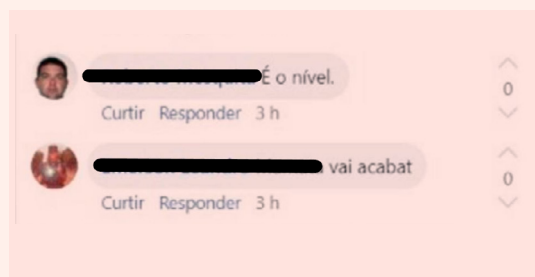


Foto: Facebook (Reprodução); caso recebido via *Google Alerts*

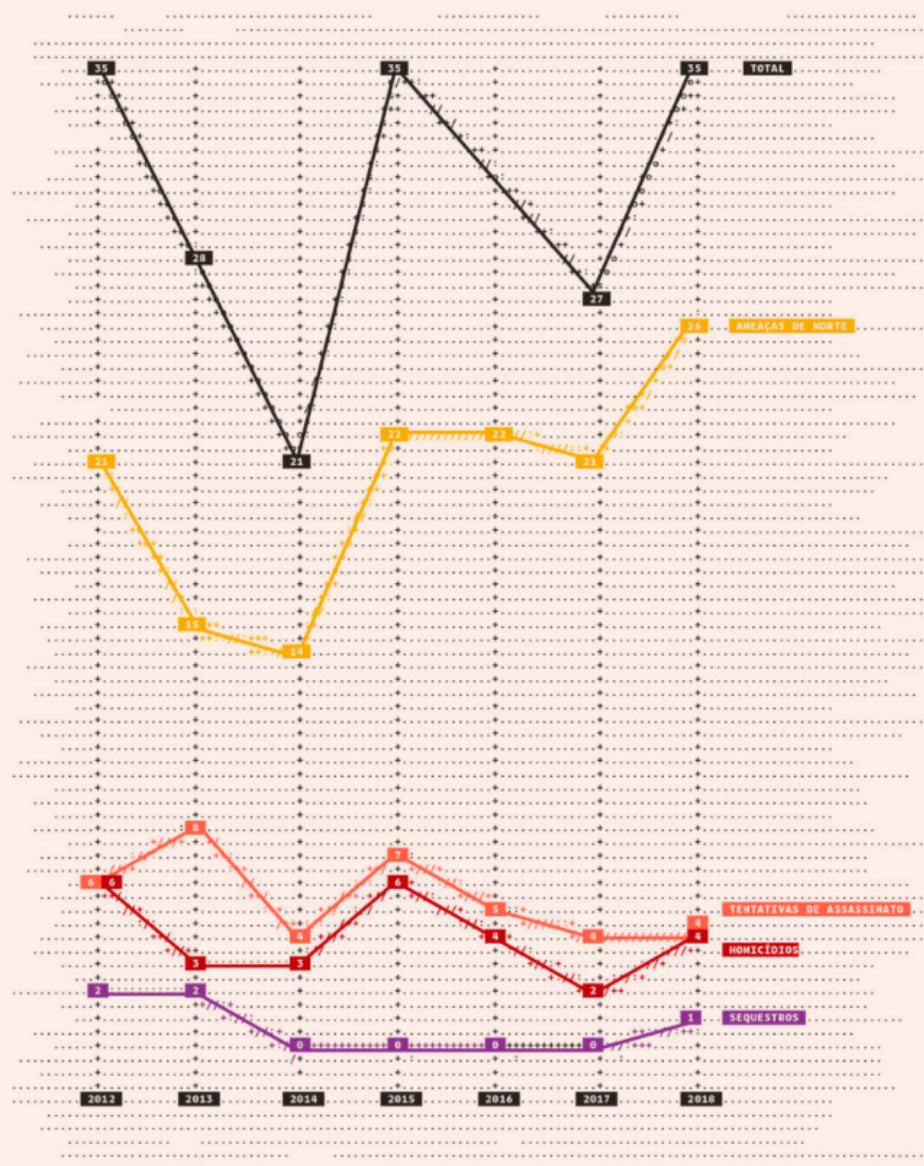
Perfis em redes sociais ligados a pautas conservadoras e com grande alcance como o Movimento Brasil Livre (MBL) também estiveram envolvidos em “casos digitais” que figuram na tabela da ABRAJI. Em maio, o MBL produziu um “dossiê” acusando jornalistas de ter viés partidário e atuarem como “censores”. O levantamento foi feito após a divulgação de uma parceria de agências de checagem de fatos com o Facebook. No documento, circulado via WhatsApp e Facebook, há fotos de jornalistas classificados como “esquerda” e “extrema esquerda”, retiradas de redes sociais, além da reprodução de postagens que “comprovariam” a inclinação política dos profissionais.

Diagnóstico semelhante foi elaborado pela organização Artigo 19, no relatório “Violações à liberdade de expressão” do ano de 2018. De acordo com levantamento, o aumento expressivo de violência contra comunicadores naquele ano esteve relacionado ao período eleitoral: considerando todos os tipos de violação documentados em 2018, mais da metade das 184 ocorrências possuem relação com contexto político, contabilizando 95 casos. Nos casos de **crimes contra a vida**, a política é pano de fundo de 74% delas (35 casos):

Os enredos são os mais diversos: coberturas de casos de corrupção, denúncias contra a administração pública ou mesmo investigações sobre aspectos do processo eleitoral. **Na maioria desses casos a autoria intelectual da violação é de políticos,**²¹ mas há também empresários, agentes públicos e um perfil que tornou-se especialmente recorrente, o de cidadãos sem perfil definido. (p.25)

O relatório aponta ainda que as violações online tiveram um papel relevante no período: foram registrados 11 casos em que alguma ferramenta online serviu de meio para a veiculação de ameaça de morte, como aplicativos de mensagens, mídias sociais ou e-mails.

(Fonte: Relatório Violações à liberdade de Expressão - Relatório anual de 2018)



21 Dado que coincide com as denúncias relatadas à plataforma TretAqui.org.

#2 UTILIZANDO TECNOLOGIAS PARA MOBILIZAR IDENTIDADES E PAUTAS

Um dos usos mais importantes da tecnologia em períodos eleitorais vem sendo a articulação entre pessoas, candidatas ou não, para informar sobre possibilidades de voto para além dos candidatos de sempre. Nas eleições municipais de 2014, surgiram já importantes listas de candidaturas, como a [VOTE LGBT](#), com o objetivo contribuir para o crescimento da representatividade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Congresso Nacional, e a VOTETRANS, elaborada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Foi o caso também da lista de candidaturas indígenas publicada pela Rádio Yandê, mídia especializada na temática, em 2016.

Em 2018, os dados apontaram para um aumento de [400% de candidaturas LGBT+](#) e de [59% de candidaturas indígenas](#) em relação a 2014 - as últimas criaram, inclusive, uma [Frente Parlamentar Pluripartidária](#).

SAIBA MAIS

Frente Parlamentar Indígena

A Frente mobilizou ao menos setenta candidaturas e teve caráter pluripartidário. A ação durante o período eleitoral se deu principalmente por meio de aplicativos de mensagem em seus próprios telefones celulares. (Fonte: [“Indígenas se organizam e lançam 130 candidaturas em 24 estados”](#) em Folha de São Paulo, de 18 de agosto de 2018)

Foi criada também a [Plataforma Nacional LGBTI+](#), que reuniu candidatas e candidatos da própria comunidade e aliados apoiadores do manifesto “LGBTI+ Eleições 2018” e comprometidos com a defesa dos direitos LGBTI+ em seus mandatos.

Neste último período eleitoral, foi muito clara a atuação engajada de mulheres no processo - como evidencia a página [Mulheres Unidas Contra Bolsonaro](#), criada no Facebook. Houve, também, o esforço na visibilização de candidaturas femininas e feministas, por meio das iniciativas [VoteNelas](#), [Meu Voto Será Feminista](#), [Campanha de Mulher](#), [Encontre sua Candidata](#) e a Campanha “[Política Feminista para transformar o Poder](#)”, promovida pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA).

Com foco específico em mulheres negras, a Campanha “[Mulheres Negras Decidem](#)”, que fez uso principalmente da plataforma Instagram, buscou durante todo o ano produzir dados sobre participação política e incentivar candidaturas do segmento.

(Fonte: portal [mulheresnegrasdecidem.org](#))



Iniciativas de organizações e pessoais de ativistas também reuniram candidaturas negras, como foi o caso da lista elaborada pela [Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas \(CONAQ\)](#), da [lista de candidaturas quilombolas](#), do portal [Vote em Preto](#), que reuniu informações sobre candidatos/as negros/as em seis estados brasileiros, e do grupo no Facebook [1 milhão de brancos votando em candidatos pretos](#), que divulgou candidaturas de homens e mulheres negros/as, convocando pessoas brancas a comprometerem-se publicamente em votar.

Em 2018, além das listas, foram desenvolvidas novamente iniciativas para conectar eleitores a candidatas e candidatos que levassem em conta pautas relacionadas a identidades e também aos Direitos Humanos. A de maior visibilidade é a [#MeRepresenta](#), um projeto que é um desdobramento da

iniciativa VOTE LGBT e que hoje é constituído também pela [Rede Feminista de Juristas](#) e pelo [Blogueiras Negras](#). Em 2016, o projeto estimulou candidatas e candidatos às Câmaras de Vereadores e Prefeituras a responder a um questionário identificando suas opiniões acerca de *quatorze pautas* relacionadas a Direitos Humanos. Respondendo às mesmas perguntas em uma plataforma, eleitoras e eleitores eram apresentados a listas de candidaturas com posições semelhantes. Em 2018, o portal se estruturou em *nove pautas*, desta vez definidas após consulta com organizações da sociedade civil: (1) gênero, (2) raça, (3) LGBT, (4) povos tradicionais e meio ambiente, (5) saúde, educação e trabalho, (6) segurança e Direitos Humanos, (7) Corrupção, (8) Drogas e (9) Migrantes.

PARA SABER MAIS: [#MeRepresenta](#)

O ranqueamento dos/as candidatos/as levou em consideração respostas sobre as 9 pautas, mas também o partido (ou coligação) das candidaturas, seus perfis identitários e temas prioritários selecionados por eleitores. A metodologia do cálculo pode ser consultada [aqui](#).

O modelo de produção de “match” implementado pelo #MeRepresenta foi utilizado por ao menos outros dez sites ou aplicativos que não possuíam foco específico em questões relacionadas aos direitos de minorias, como [Tem Meu Voto](#), [Sintonia Eleitoral](#), [Jogo Eleitoral](#), [Match Eleitoral da Folha](#), [Calculadora de Afinidade Eleitoral](#), [Partidômetro das Eleições para Deputado](#), [Bússola Eleitoral](#), [Appoie](#) e [Voz Ativa](#).

Embora algumas delas e iniciativas semelhantes já estivessem presentes em 2016, houve claro crescimento e fortalecimento no processo eleitoral de 2018. Isso pode ter tido relação com o contexto das eleições de 2018, momento em que as pautas em torno de identidades estiveram no centro do processo, seja em caráter propositivo, seja como modo de desqualificar candidatos (acusações de misoginia, racismo, homo/lesbo/trans/bifobia e racismo), seja em razão da desqualificação da pauta e crescente violência direcionada a ela e a membros de grupos subalternizados - como pudemos observar no item anterior. Seus efeitos nos próximos processos eleitorais devem ser mensurados à luz de outros tantos fatores, inclusive mudanças na legislação eleitoral (acesso

proporcional a recursos por mulheres a partir de 2018,²² por exemplo, além da previsão de cotas, vigente desde 1997).

Nunca é simples afirmar causalidades, mas é bastante claro como a composição da Câmara, em termos de gênero, alterou-se expressivamente: foram 50% mais mulheres eleitas em relação ao pleito de 2014, ainda que elas ainda sejam 15% da Câmara (segundo dados da [Gênero e Número](#)). Elegeu-se também a primeira mulher indígena a Deputada Federal, Joênia Wapichama (Rede), por Roraima. Mandatos coletivos - um fenômeno crescente nessas eleições - garantiram a entrada de duas mulheres trans em Assembléias Legislativas: Robeyoncé Lima (JUNTAS/PSOL) [em Pernambuco](#) e Erika Hilton (Bancada Ativista/PSOL) [em São Paulo](#), estado que elegeu também Erica Malunguinho (PSOL). Foi a primeira vez na história que mulheres trans foram eleitas para esses cargos no Brasil.



(Fonte: Arquivos pessoais)

22 O [Tribunal Superior Eleitoral](#) entendeu que 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, criado pela mini reforma eleitoral de 2017, deve ser destinado às candidaturas femininas, bem como 30% do tempo de propaganda eleitoral. Por unanimidade, a corte também afirmou que, em caso de maior número de mulheres candidatas, a divisão dos recursos e do tempo de propaganda deve ser proporcional. Fruto de decisão de maio de 2018 o Tribunal Superior Eleitoral em resposta à consulta pública apresentada por 14 parlamentares depois de julgamento do Supremo Tribunal Federal que, em 15 de março, equiparou a repartição do Fundo Eleitoral à cota de candidaturas femininas por partidos.

#3

ENGAJAMENTO NAS REDES E RUAS: O CASO MULHERES CONTRA O BOLSONARO (#ELENÃO)

An admin changed the name of the group **Mulheres Unidas Contra Bolsonaro!!!** to **Mulheres com Bols...**

23m

O grupo do Facebook “Mulheres Unidas contra Bolsonaro” arregimentou de forma quase que instantânea centenas de milhares de membros quando foi criado. O seu objetivo era ser uma ferramenta na organização de protestos de mulheres contrários à candidatura presidencial de Jair Bolsonaro (PSL). Em um espaço de poucas horas ele chegou a mais de um milhão de participantes e, em seguida, sofreu uma série de ataques cibernéticos. Quais foram exatamente esses ataques e quais os possíveis caminhos para responsabilização de quem os conduziu?

O caso chama a atenção para como, em sociedades democráticas, a discussão de políticas públicas sobre cibersegurança precisa começar a incluir a proteção da sociedade civil, demonstrando a situação de vulnerabilidade do ativismo em pautas relacionadas ao direito das mulheres. Mostra, ainda, uma série de desafios no tratamento de casos semelhantes pelo sistema de justiça, por empresas de telefonia e pelas plataformas de internet.

#3.1 O desenrolar dos fatos

Desde os protestos de 2013, o Facebook consolidou-se como uma das principais plataformas de internet para organização de manifestações no Brasil.²³ Foi nele que, em 13 de setembro de 2018, foi criado o grupo “Mulheres Unidas contra Bolsonaro” - uma resposta ao crescimento do então candidato à Presidência Jair Bolsonaro nas pesquisas eleitorais e a suas declarações, políticas e propostas, rechaçadas por uma série de movimentos de mulheres.

O grupo destinava-se a organizar protestos de rua no final do mês de setembro, e o crescimento de participantes foi vertiginoso.

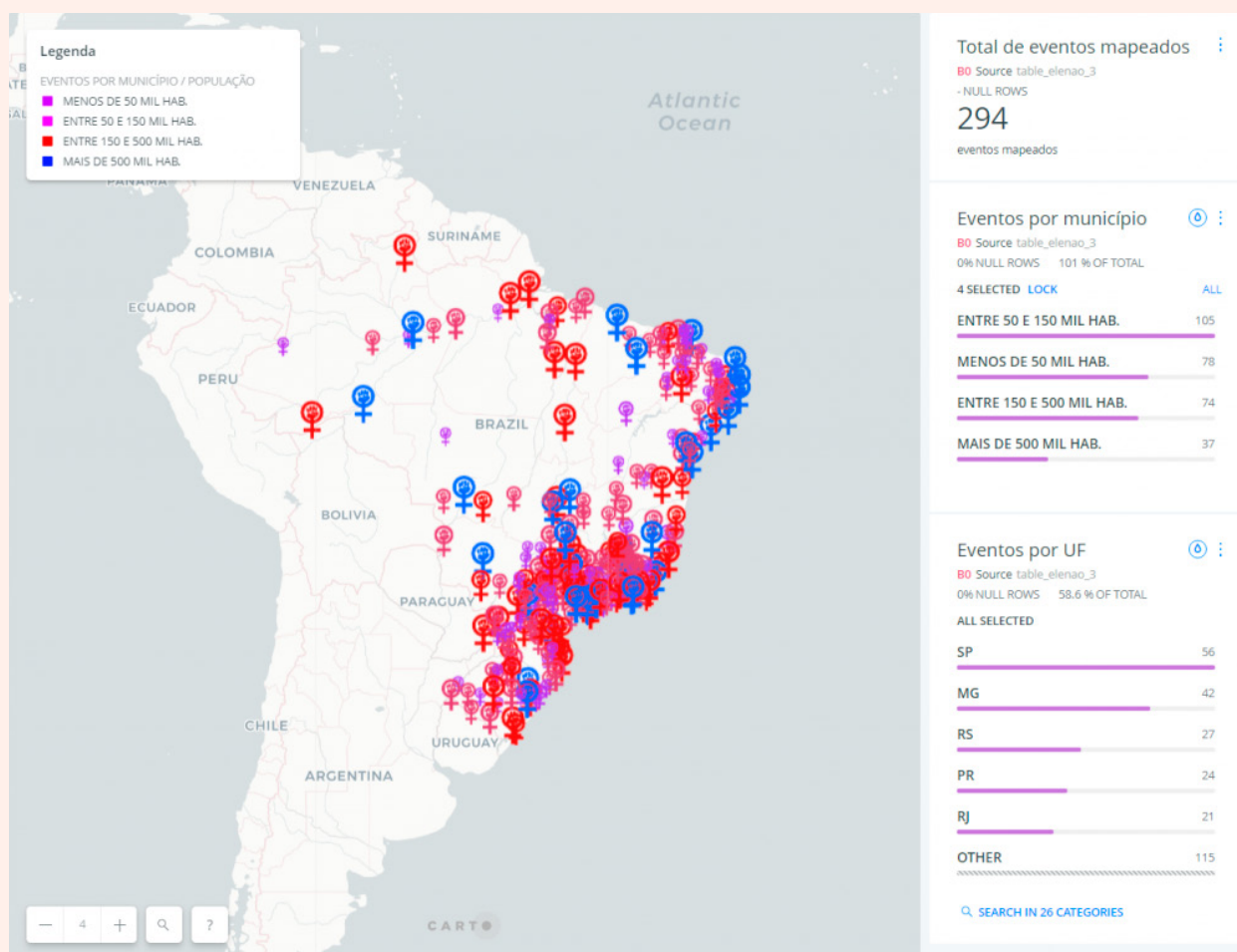
Nas redes e nas ruas: a mobilização social em torno da #EleNão

A dimensão da mobilização gerou esforços no sentido de mapeamento do número de eventos agendados no Facebook por pesquisador independente - Jonas Medeiros, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - e pela Mídia Ninja (rede descentralizada de mídia de esquerda). Em análise sobre os levantamentos, a pesquisadora Raquel Rolnik afirma:

“Ainda que utilizem metodologias diferentes, ambos os estudos mostram pontos de convergência. Em primeiro lugar, a extensão, porque as manifestações aconteceram nos **27 estados brasileiros**. Depois, num segundo fenômeno que chamou muito a atenção, o fato de terem ocorrido manifestações em cidades de todos os tamanhos. Aconteceram, por exemplo, em **78 municípios com população de até 50 mil habitantes**, incluindo - fenômeno incomum no cenário das manifestações de rua - em cidades **de três, quatro, cinco mil habitantes**. Além disso, houve manifestações em **todas as cidades com mais de 500 mil habitantes**, incluindo não apenas as capitais, mas cidades dos pólos regionais e do interior do país. O estado de São Paulo foi o campeão no número de manifestações, que aconteceram em 59 cidades, seguido por Minas Gerais, com 43, e pelo Rio Grande do Sul, com 27. O mapa [abaixo] revela esta extensão - estão mapeados apenas **294 cidades e certamente houveram mais**.

23 Diagnóstico presente em trabalho realizado por Medeiros e Fanti (2018) em *Recent Changes in the Brazilian Feminist Field: The Emergence of New Collective Subjects*.

Link para o mapa interativo aqui (Fonte: LabCidade - Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade)



Apenas os grupos, cuidadosos, ainda não tiveram tempo de acabar o levantamento e checagem.” ([#elenão vai muito além de Lula, PT e esquerda](#), em 05 de outubro de 2018)

Pelo mundo, veículos de mídia como o [Globo](#) e [BBC Brasil](#) reportaram eventos também em Cidade do Cabo, Nova York, Barcelona, Paris e Londres.

A pesquisa [Violência Contra LGBTs+ nos contexto eleitoral e pós-eleitoral](#) realizada pela Gênero e Número também revela engajamento de mulheres nas ruas no período, apresentando como hipótese os protestos:

“Interessante notar que as mulheres cisgêneras correspondem a 30,5% das pessoas que se engajaram em atos, manifestações e atividades de rua. A quantia é ligeiramente maior do que entre homens cisgêneros, que correspondem a 29,5% da amostra. Nas demais formas de engajamento, os homens cisgêneros predominam nas respostas, tendência em parte explicada pela maior concentração destas pessoas no universo amostral. Em certa medida, o engajamento de mulheres cisgêneras em atos, manifestações e atividades de rua está relacionado ao contexto eleitoral de 2018. Alguns exemplos lembrados por respondentes durante a aplicação aludiram às manifestações políticas feministas e LGBT+ em torno da hashtag **#EleNã** e de bandeiras políticas como **“LGBTs contra Bolsonaro”**. (p. 30)

No espaço de um dia era possível contabilizar ao menos 1 milhão de perfis da rede social que passaram a fazer parte. De acordo com reportagens, o número teria chegado a 2,4 milhões durante o final de semana entre 13 e 15 de setembro de 2018.

A criação e o crescimento da importância do grupo no Facebook provocou forte reação contrária. Os ataques começaram no próprio dia 14 de setembro, o seguinte à sua criação. Conforme narra o jornalista Sérgio Matsuura, da Época, “na tarde da sexta-feira (14), o telefone celular da professora Maíra Motta, uma das administradoras do grupo do Facebook *Mulheres Unidas contra Bolsonaro*, parou de funcionar. Logo em seguida, seu perfil na rede social foi invadido e seus contatos começaram a receber mensagens de ódio pelo WhatsApp”. Conforme relataram à imprensa, foi neste mesmo dia que as moderadoras do grupo passaram a ser chantageadas pelo WhatsApp e pelo Facebook. A ameaça era que os seus perfis pessoais ou a privacidade de dados como seus CPFs, RGs e títulos de eleitor estariam em risco caso o grupo não fosse apagado em 24 horas.

Diante da negativa, no dia 14, por volta das 14h, o grupo teve seu nome alterado pela primeira vez em razão de um ataque - para “Mulheres COM Bolsonaro”. “Durante o fim de semana, o grupo foi invadido e retomado duas vezes e as contas de ao menos três administradoras em serviços on-line foram comprometidas”, de acordo com a revista. Neste ínterim, mensagens ofensivas dirigidas a grupos progressistas foram postadas no grupo. O dano à organização das manifestações foi notado imediatamente, pois o desencontro de informações fez com que muitas mulheres abandonassem o grupo.

Os ataques visando o controle do grupo foram focados nas administradoras. Foi por meio de suas contas que os agressores conseguiram acesso ao painel de controle do grupo no Facebook, onde figura a opção de mudar o seu nome, por exemplo. Sendo uma das principais formas de “autenticação” da rede social, **os SIM Cards (ou chips) das administradoras do grupo foram clonados**, o que dava aos agressores acesso a suas redes sociais vinculadas ao número de celular.

Principais danos da clonagem, por uma das administradoras

O relato de Maíra Motta, em seu Facebook no dia 9 de janeiro de 2019, dá dimensão do impacto do acontecimento em sua vida pessoal:

“Próximo dia 14 fazem 4 meses que fui hackeada por ser uma das administradoras do grupo MUCB, Mulheres Unidas contra Bolsonaro. Como a maioria de vocês sabem, tive todos meus dados pessoais expostos e as redes sequestradas, inclusive a que utilizava para administrar a Oliveggie. Usaram meu WhatsApp para agredir clientes e amigos. Levaram todo o backup do mesmo, perdi contatos e fui bloqueada em muitos grupos e por muitos clientes. Muitos não conseguiram fazer contato comigo. Literalmente viraram minha vida de ponta cabeça. Devido a ameaças fiquei exatos 3 meses sem conseguir trabalhar (diferente de algumas com seus empregos fixos e com estabilidade, o meu emprego era autônomo). Fiquei um tempo atendendo apenas clientes que já conhecia por medo de sofrer algum tipo de violência física por parte dos eleitores do dito cujo e com medo divulgar os locais que estaria comercializando os meus produtos. Parei de frequentar locais públicos para vender. Precisei pegar vários empréstimos em bancos e com amigos para pagar aluguel, contas, alimentação, transporte etc. Só consegui retornar as minhas atividades após o fim das eleições e ainda assim com muito receio pois continuo como testemunha do PSOL e de REDE nas AIJES que entraram junto ao TSE contra Bolsonaro por crime eleitoral. Não tive apoio efetivo do grupo MUCB, tive que me virar para buscar advogada, registrar denúncias, correr atrás de celular emprestado, idas e vindas as polícias...etc. (...)”²⁴

O conjunto de ataques estendeu-se até mesmo a jornalistas que acompanhavam o caso. Em nota, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) denunciou que a “*repórter Talyta Vespa (UOL) teve a conta de WhatsApp invadida no último 19 de setembro, após a publicação de uma reportagem sobre mulheres eleitoras do candidato à presidência Jair Bolsonaro*”.

Uma espécie de ataque por vezes chamada de defacement (ou seja, mudar a “cara” daquilo que é atacado), a tática de mudar o nome do grupo chegou a ser repercutida pelo próprio Jair Bolsonaro e pelo seu filho, o então candidato a

24 No relato completo, Maíra também demonstra o descontentamento em relação as demais membras do grupo, que não a teriam apoiado diante das dificuldades.

deputado federal por São Paulo, Eduardo Bolsonaro (PSL). Ambos compartilharam em seus perfis no Twitter um *print* com mensagens semelhantes, agradecendo pelo apoio de um grupo de mais de um milhão de pessoas no Facebook. O *print* era do grupo “Mulheres Unidas contra Bolsonaro” com o título e a imagem de capa trocadas por *hackers*.



Levantamento da FGV/DAPP demonstrou um crescimento da adesão às hashtags *#EleNão* e *#EleNunca* nos dias subsequentes aos ataques. Duas hipóteses pode ser aventadas: ou as ações deram visibilidade e mais força à pauta, ou o movimento conseguiu crescer a despeito das atividades dos agressores. Em alguns dias, surgiram pelo menos *40 outras páginas, grupos e eventos relacionados a Mulheres Contra o Bolsonaro no Facebook*.

Entretanto, os ataques não cessaram. Na segunda, dia 24 de setembro, dez dias após o ataque, uma das administradoras foi agredida fisicamente. Segundo o Estadão, *“a administradora do grupo conta que, quando chegou em casa, dois homens a aguardavam praticamente na porta. Um deles acertou um soco em seu olho e, o segundo, uma coronhada em sua cabeça. Um deles pegou seu celular e os dois correram até um táxi, que os esperava a cerca de um quarteirão de distância. A bolsa e outros pertences não foram levados”*. A polícia não identificou seus agressores, mas o episódio agrava uma série de violências contra ativistas sociais observados neste período de dez dias.

#3.2 A resposta imediata ao ataque por parte das empresas envolvidas

Sobre a clonagem dos chips, principal meio de tomada das contas no Facebook que permitiram que o grupo fosse invadido, as administradoras “Mulheres Unidas contra Bolsonaro” relataram não terem recebido orientações adequadas pelos funcionários das empresas de telefonia quando notificaram o ataque. Uma delas só conseguiu recuperar sua linha telefônica ao fazer contato direto no quiosque da operadora em um shopping center, após identificar que teve seu chip clonado.

Apurando o caso, a revista Época relatou que a Oi, operadora da qual a vítima era cliente, emitiu um comunicado informando que, *“para efetuar a troca de chip para resgate de linha telefônica móvel, o próprio assinante deve ir a uma loja da Oi, apresentar seu documento de identificação e preencher e assinar o termo de troca”* e que *“se eventualmente reportada e confirmada a troca indevida do chip, as devidas sanções serão prontamente aplicadas”*. A história aponta para falhas na segurança das operadoras de telefone e os efeitos de sua inércia frente a ataques sensíveis.

Acionado após os ataques, o Facebook buscou restabelecer o grupo às suas administradoras originais, mas o processo se estendeu-se por alguns dias.

É importante ressaltar que tanto o Facebook quanto as operadoras de telefonia são essenciais para a identificação e possível responsabilização dos autores dos ataques. Conforme determina o Marco Civil da Internet, as empresas são obrigadas a manter os rastros digitais (tecnicamente chamados de “registros de acesso a aplicações” e “registros de conexão”) dos administradores “invasores” em sigilo até receberem uma ordem judicial de identificação.

#3.3 E o direito com isso?

Classificados como “criminosos” por uma série de políticos, os ataques avivaram o debate sobre segurança e liberdade das comunicações da sociedade civil. A discussão aproxima de grupos discriminados um assunto comumente tratado em fóruns corporativos ou governamentais e militares - a segurança da informação.

Quais instrumentos jurídicos estavam imediatamente disponíveis às vítimas do ataque? Ao tentar registrar ocorrência no fim de semana em que os ataques tiveram início, uma administradora do grupo foi orientada no sentido de que, em sua cidade, a delegacia especializada em tais casos só funcionaria duas vezes por semana (terças e quintas). Ela acabou optando pelo registro em delegacia comum e buscando auxílio junto à Defensoria Pública e ao Ministério Público.

O caminho do caso, pelas advogadas de Maíra Motta

“Como o grupo não tinha legitimidade e competência para acionar a Justiça Eleitoral (já que não éramos nem partido, nem candidato, nem coligação, nem Ministério Público Eleitoral) nós tínhamos dois caminhos: buscar um partido que representasse a gente no sentido de ingressar com o processo judicial ou buscar o Ministério Público Eleitoral. Nós fizemos as duas formas, conversamos com o PSOL e com a REDE e eles entraram com a ação e nós elaboramos uma Representação para o Ministério Público Eleitoral. A Representação é uma forma que a gente tem de comunicar o MP sobre a incidência de crime, de abuso ou ilegalidade para que eles tomem conhecimento em nome da sociedade. O que ocorreu? Quando eu fui cadastrar o ocorrido na Sala de Atendimento ao cidadão pelo site, eu registrei Bahia porque as vítimas são daqui. O processo foi encaminhado como PR-BA, então o processo foi para a Procuradoria da Bahia, mas quando chegou o pessoal entendeu que era da Procuradoria do Distrito Federal, porque envolvia eleição presidencial. Depois eu procurei informações sobre essa Representação e sempre constava que estava numa Secretaria. Eu nunca tive uma posição de como ela está tramitando. Teoricamente ela tramita em Brasília”.

JULIANA BORGES KOPP - ADVOGADA ELEITORAL

“Primeiro recorremos à Polícia Civil, registramos a ocorrência com dificuldade, foi pedido um relato por escrito para que o coordenador da 10ª COORPIN solicitando a interferência da Polícia Federal. O que foi feito na sexta-feira, 21/09. Sem respostas, encaminhamos uma solicitação de abertura de inquérito junto à Polícia. A investigação é de competência da Polícia Federal, baseado no art. 144 da Constituição Federal que determina a ação do órgão de investigação em caso que envolva política. Além disso há uma lei aprovada em abril deste ano que aumenta esse rol de atuação com relação aos crimes cometidos contra mulheres que caracterizem misoginia difundido pela rede mundial de computadores a Lei 13.642/2018

Além disso, acionamos o Ministério Público da Bahia através do Núcleo que investiga crimes digitais. **Fui informada pelo Delegado de que tudo foi centralizado no TSE por conta das ações movidas por Marina Silva e Guilherme Boulos.** Foi indeferida a liminar impetrada para que o filho do candidato retirasse a postagem fake sobre a origem do grupo. Alegando que não haviam provas de que a notícia era falsa mesmo com o pronunciamento do Facebook. **O que percebo é o descaso completo. Isso acontece sempre que mulheres tentam denunciar algum tipo de agressão. Isso inibe denúncias e incentiva delitos de cunho misógino.**

KELMA CHRISTIANE CUSTÓDIO DE FARIAS - ADVOGADA CRIMINAL

IDENTIFICAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

Qualquer sanção deverá ser precedida de um processo para apurar os responsáveis por cada um desses atos. Como veremos, a potencial ilegalidade do que foi realizado justifica que a polícia investigue o caso e encaminhe informações aos setores do Ministério Público responsáveis por apurar crimes comuns e eleitorais.

Neste caso, uma investigação passa por requerer a um juiz uma ordem de quebra de sigilo de dados por parte do Facebook e das operadoras de telefonia envolvidas e, ainda, coletar relatos das vítimas e de potenciais testemunhas. É esse processo que dará elementos para a responsabilização ou não de alguma campanha pela série de atos compreendidos nos ataques. O raciocínio é semelhante ao caso do [atentado a faca cometido contra Jair Bolsonaro](#); a motivação parece política, mas responsabilizar qualquer campanha eleitoral no caso necessitaria um maior conjunto de provas de coordenação entre seus integrantes e por quem operacionalizou as agressões.

CRIME DE INVASÃO DE DISPOSITIVO

Além da agressão - que pode ou não ser ligada à atuação política da vítima - quais os crimes que a polícia terá de apurar? O mais evidente deles é o artigo 154-A do Código Penal, incluído na legislação brasileira pela Lei nº 12.737/2012 (conhecida como Carolina Dieckmann). O episódio de vazamento de imagens íntimas da atriz global deu caráter criminal à conduta de “invasão

de dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita”. A *invasão*, neste caso, teria sido a clonagem nos chips das administradoras, o *meio* seria a violação do mecanismo de segurança criado pelas operadoras para que isso não pudesse ser feito por terceiros, e o *fim* obter acesso ao grupo e adulterar e destruí-lo como método de organização política. A pena é de 3 meses a um ano de detenção e multa e pode ser aumentada “se da invasão resultar a obtenção de conteúdo de comunicações eletrônicas privadas, segredos comerciais ou industriais, informações sigilosas, assim definidas em lei, ou o controle remoto não autorizado do dispositivo invadido”.

ILÍCITOS ELEITORAIS

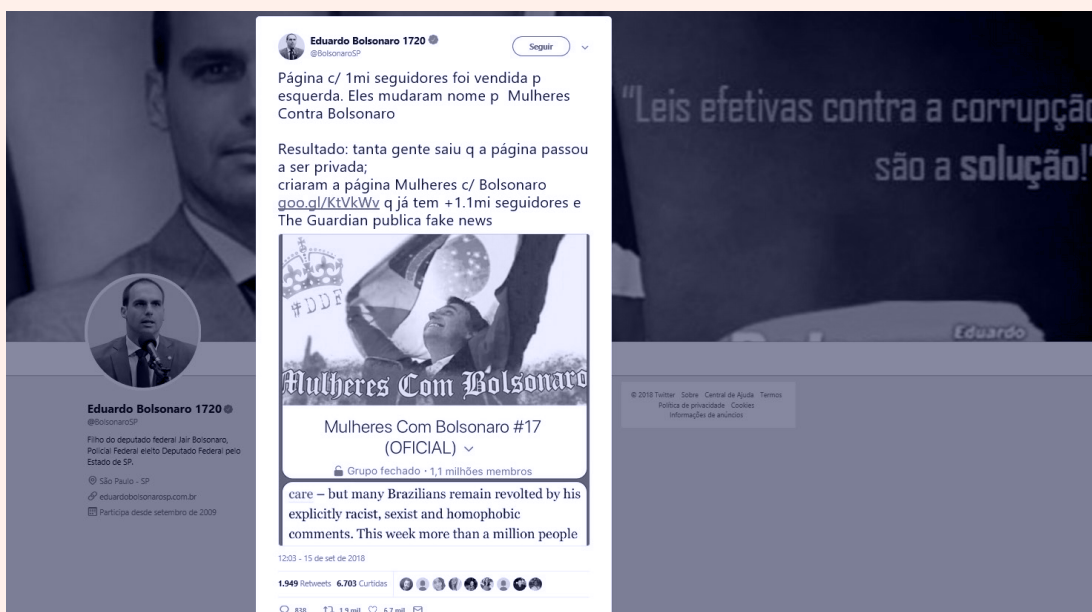
O caso também pode ter repercussões na esfera eleitoral em pelo menos três pontos, mas depende de interpretações da Justiça Eleitoral. A situação é demonstrativa da inadequação das regras que condicionam o período eleitoral no Brasil, uma espécie de colcha de retalhos composta por leis editadas em períodos muito diferentes da nossa história.

Em primeiro lugar, os artigos 331 e 332 do Código Eleitoral, de 1965, prevêem pena de detenção de no mínimo seis meses e multa em casos de “inutilização, alteração ou perturbação” (331) ou impedimento de realização (332) de propaganda eleitoral. Este enquadramento não é simples, pois necessita cravar que a finalidade do grupo do Facebook seria “propaganda eleitoral”. Como no Brasil não há uma definição exata do que se encaixa nesse conceito, a imposição dessa penalidade aos responsáveis dependerá da definição de propaganda mobilizada pelos magistrados que eventualmente se encarregarão do caso. A interpretação não seria distante da que é aplicada em muitos dos casos que chegam à Justiça Eleitoral, que muitas vezes amplia a definição para restringir o que chama de “propaganda negativa” em face de candidaturas.

Segundo, o mesmo Código Eleitoral poderia reservar responsabilização de Jair Bolsonaro e de seu filho Eduardo. O artigo 323, também de 1965, prevê a detenção de dois meses a um ano ou pagamento de multa a quem “divulgar, na propaganda, fatos que sabe inverídicos, em relação a partidos ou candidatos e capazes de exercerem influência perante o eleitorado”. Considerado o perfil

oficial dos candidatos no Twitter como “propaganda eleitoral” (sobre o que não haveria muita dúvida, tratando-se de página oficial de candidatos), não seriam eles passíveis de responsabilização por divulgação de que o grupo apoiava Bolsonaro, sendo que em verdade o apoio era resultante de um ataque cibernético? Mesmo que se argumente que isso seria possível, tal medida não foi requerida por parte das autoridades encarregadas do caso.

Imagem (Reprodução)



Há que se considerar ainda que a falsa informação de que uma página de esquerda teria sido vendida às feministas fez com que muitas pessoas se engajassem em difundi-la nas redes sociais, quando da notícia do *hackeamento* do grupo por veículos da imprensa:

Imagem (Reprodução)



Por fim, a Lei das Eleições, no Artigo 57-H (que data de 2009), prevê também multa de cinco a trinta mil reais a quem realizar propaganda eleitoral na internet, atribuindo indevidamente sua autoria a terceiro, inclusive a candidato, partido ou coligação. A aplicação do dispositivo também dependeria da definição utilizada de propaganda eleitoral, mas a conduta descrita é similar da realizada pelos agressores - atribuir ato de mobilização ligado à eleição a grupo que não o realizou de fato.

#3.4 Qual o futuro do caso?

O grupo segue ativo, fechado, e sofreu mais uma alteração de nome no mês de Janeiro de 2019 passando a se chamar "[Mulheres Unidas com o Brasil](#)". Conta, em julho de 2019, com um pouco mais de 2, milhões de integrantes, que seguem acompanhando/compartilhando notícias críticas sobre o governo.

Dois presidenciáveis - Marina Silva e Guilherme Boulos - [entraram com ações de investigação judiciária eleitoral no Tribunal Superior Eleitoral](#) a fim de que o ataque cibernético fosse apurado e que a campanha fosse responsabilizada em caso de participação. Ainda, tais ações requerem a declaração de inelegibilidade de Jair Bolsonaro e sua chapa por conta do fato ter maculado a integridade do pleito, bem como a cassação de seu diploma. Estas ações²⁵ estão sendo apreciadas em conjunto pelo TSE em razão de lidarem com o mesmo episódio e terem pedidos parecidos. Não há decisão de mérito sobre elas até o mês de junho de 2019.

25 Números 0601369-44.2018.6.00.0000 (Boulos) e 0601401-49.2018.6.00.0000 (Marina).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na campanha eleitoral de 2016, tínhamos a inspiração de *buscar e visibilizar* acontecimentos relacionados a gênero, raça, classe social e sexualidades e sua *interseção* com a internet. No ano de 2018, essa articulação se fez absolutamente evidente, de modo intenso: independente de *nossas buscas*, o tema se impôs.

A atipicidade do período revela-se na *quantidade de iniciativas de mapeamento de violências*, no *crescimento considerável do desenvolvimento de mecanismos de visibilização de pautas e candidaturas* relacionadas ao que comumente se denomina de “pautas identitárias” e na *mobilização intensa de mulheres, nas redes e nas ruas*.

Relatar o período impôs-se como um grande desafio, todavia menor diante do principal problema: a violência. Observamos uma tendência ao não-encaminhamento dos casos no sistema de Justiça e não-responsabilização (no que se refere aos candidatos/as, em parte eleitos/as). Além disso, quantidade considerável de *links* com conteúdo desse tipo seguem no ar (o que constatamos para realização de análise qualitativa de denúncias encaminhadas ao TretAqui.org).

Vale ressaltar que, para fins deste relatório, tivemos conhecimento de casos que ocorreram nas plataformas Facebook, Instagram e Twitter, principalmente. O mapeamento e compreensão das dinâmicas de circulação de violência no WhatsApp, que sabemos serem recorrentes,²⁶ ainda se colocam como desafio para pesquisadores e tomadores de decisão.

A temática da *mobilização - nas redes e ruas* - deve exigir análises que levem em consideração múltiplos fatores sobre suas consequências. Esperamos que os registros realizados por nós contribuam e subsidiem tais reflexões.

26 Tanto evidências empíricas (como recebimento individual de material e contato com candidaturas), quanto dados de pesquisa (relatório sobre violência política contra mulheres candidatas no México) dão conta de que a maioria das agressões se deram via WhatsApp. O estudo mexicano aponta que 29% se deram por esse meio e 30% via ligações (Barreras, et all, 2018:42).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRERAS, Loudes V.; ZAMORA, Anaiz; DOMINGUEZ, Érica Perez; AGUIRRE, Ixchel e ESCUOLLA, Jessica. **Violencia Política a través de las tecnologías en México**. Luchadoras, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2GxoA6L>

CODING RIGHTS; INTERNETLAB. **Violências de gênero na internet: diagnóstico, soluções e desafios. Contribuição conjunta do Brasil para a relatora especial da ONU sobre violência contra a mulher**. São Paulo, 2017.

CRUZ, Francisco de Carvalho Brito *et all*. **Direito Eleitoral na Era Digital**. Belo Horizonte: Editora Letramento/Casa do Direito/InternetLab, 2018

FGV/DAAP. **Discussões sobre voto útil ganham espaço no debate sobre candidatos**. Disponível em: <https://bit.ly/2EF9XrZ>

MEDEIROS, Jonas; FANTI, Fabiola. *Recent Changes in the Brazilian Feminist Field: The Emergence of New Collective Subjects*. In: FERRERO, Juan Pablo; TATAGIBA, Luciana; NATALUCCI, Ana (Ed.) **Socio-Political Dynamics within the Crisis of the Left Turn in Argentina and Brazil**. Lanham: Rowman & Littlefield (in press).

NERIS, Natália e VALENTE, Mariana. **Outras Vozes: Gênero, Raça, Classe e Sexualidade nas Eleições Municipais de 2016**. InternetLab, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2T1H3Ni>

Relatório Descritivo de Denúncias Plataforma TretAqui.org - Contribuição para a Missão de Observação Eleitoral da OEA.

Violações à liberdade de expressão. Relatório Anual de 2018. Artigo 19 Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/2Q6iCYM>

BOLETINS PUBLICADOS NO PROJETO

Boletim 1

[O que alertam os ataques cibernéticos ao grupo “Mulheres unidas contra Bolsonaro”?](#)

Boletim 2

[A Internet e o fortalecimento de novas vozes na política](#)



INTERNETLAB
pesquisa em direito e tecnologia